

CONFERÊNCIA DA
**DIÁSPORA
AFRICANA**
NAS AMÉRICAS

RELATÓRIO

**Conferência da Diáspora
Africana nas Américas**

2024 | Salvador | Brasil

Lomé - Togo, dezembro de 2025

Apoio:



Realização:





PRESIDENTE DA REPÚBLICA Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA Geraldo Alckmin

MINISTRA DA IGUALDADE RACIAL Anielle Franco

SECRETÁRIA-EXECUTIVA Rachel Barros

SECRETÁRIA-EXECUTIVA ADJUNTA Bárbara Oliveira Souza

CHEFE DE GABINETE Luiz Barros

FICHA TÉCNICA DO RELATÓRIO:

Redação, Tradução e Diagramação:

Rita Adriana Assis

Everthon Moura

Bárbara Oliveira

Luiz Barros

EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO GOVERNO FEDERAL:

Ministério da Igualdade Racial

Roberta Eugênio

Ana Miria Carinhanha

Bárbara Oliveira Souza

Luiz Barros

Rafael Rezende

Marcilene Garcia

Ministério das Relações Exteriores

Carlos Sérgio Duarte

Fabrício Prado

Juliana Gomes

Carlos Augusto Rolemberg

Francisco Fontenelle

Antonio Augusto Martins Cesar

Ministério da Cultura

Mariana Braga

Junia Leite



Bruno Melo

Fundação Cultural Palmares

João Jorge Santos Rodrigues

Nelson Mendes

Mariana Abreu

Secretaria-Geral da Presidência da República

Jessy Dayane

Renata Porto

Gladimir Ferreira

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Edmilton Cerqueira

Isabela Cruz

Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania:

Fernanda Thomaz

Lucas Vilela

Clara Solon

Gabriela Grupp

Secretaria de Comunicação da Presidência

Delma Andrade

Carlos Cezar

EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO GOVERNO DA BAHIA:

SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos povos e comunidades tradicionais

Ângela Guimarães

Ana Carla Sacramento

Alexandro Reis

Daniele Costa

Flávio Ciso – Coordenação da equipe de Relatoria da Conferência



COORDENAÇÃO DA MODERAÇÃO DAS RODAS DE CONVERSA:

Roda de Conversa I - Pan-Africanismo: Moderação: Dr. Layla Brown e Dr. Zulu Araújo

Roda de Conversa II - Memória - Moderação: Dr. Gina Paige e Dra. Vilma Reis

Roda de Conversa III - Reconstrução - Moderação: Dra. Matilde Ribeiro e Brenda Foreman

Roda de Conversa IV - Reparações/Restituição - Moderação: Akil Khalfani e Vanderlei Pinheiro

ELABORAÇÃO DAS NOTAS CONCEITUAIS POR TEMA:

Pan-Africanismo - Dr. Gnaka Lagoke (Lincoln University, PA) e Dr. Richard Santos (Universidade Federal do Sul da Bahia)

Memória - Dra. Sheila Walker (Diáspora Africana Global), Dra. Helena Theodoro (UFRJ) e Dra. Thula Pires (PUC Rio)

Reparações/Restituição - Elaboração: Dra. Barryl A. Biekman e Dra. Jardelina Bispo do Nascimento (UNEB - Brasil)

Reconstrução - Dra. Miriam Reis (UNILAB – Brasil), Yolian Ogbu (New York University).



Sumário

Sumário	4
Apresentação	7
1. Introdução	9
2. Objetivos, Participantes e Pilares Temáticos	12
3. Caracterização da Conferência e metodologia	28
3.1 Síntese da cerimônia de abertura	29
3.2 Diálogos Temáticos	36
3.2.1 Tema: Memória	36
3.2.2 Tema: Reconstrução	38
3.2.3 Tema: Restituição e Reparação	39
3.2.4 Tema: Panafricanismo	41
3.3 Rodas de Conversa	43
4. Plenária Final e Cerimônia de Encerramento da Conferência da Sociedade Civil e Conferência Governamental	47
4.1 Plenária Final	47
4.2 Cerimônia de Encerramento da Conferência – Etapa Sociedade Civil	49
4.1 Segmento Governamental da Conferência da Diáspora nas Américas	54
Carta de Recomendações da Diáspora Africana	66



Apresentação

É com um inabalável senso de missão que apresentamos este Relatório da Primeira Conferência da Diáspora Africana nas Américas, um marco histórico realizado em Salvador, Bahia, nos dias 29 a 31 de agosto de 2024. Este evento transcendeu a natureza de um simples encontro, consolidando-se como um ato de afirmação política, um exercício de memória e um passo decisivo na reconfiguração da governança global.

A escolha de Salvador, a cidade com a maior população negra fora do continente africano, foi carregada de profundo simbolismo. A capital baiana acolheu as vozes de irmãs e irmãos do Brasil, das Américas e do Caribe, materializando o conceito de Amefricanidade e reafirmando o Brasil como parte estratégica da Sexta Região Africana. O tom das discussões foi permeado por um espírito de Pan-Africanismo renovado, demonstrando que as experiências da diáspora brasileira encontram eco e solidariedade nas trajetórias de resistência de todo o continente americano.

A Conferência cumpriu seu papel fundamental de ouvir, estabelecendo um diálogo inédito e abrangente entre a vanguarda do Movimento Negro, líderes de comunidades tradicionais, intelectuais e representantes da sociedade civil e do Estado, provenientes de diversas nações. A realização deste evento em solo brasileiro, o primeiro fora do continente africano, é um reconhecimento da União Africana da importância estratégica do Brasil. Este evento representou uma das escutas fundamentais com a sociedade civil, preparando o terreno para o Congresso Pan-Africano e reforçando a histórica e inquebrantável conexão do Brasil com o continente-mãe.

Este espírito de união e interconexão é a própria essência da filosofia africana Ubuntu: "Eu sou porque nós somos". A Conferência foi a manifestação prática deste princípio, onde o reconhecimento da humanidade do outro fortalece a nossa própria, e a luta por igualdade e justiça em um país impulsiona a luta em todo o continente.

A realização bem-sucedida desta Conferência honra o Estado brasileiro, que demonstrou seu compromisso inegociável com a agenda da igualdade



racial. O Ministério da Igualdade Racial (MIR), em articulação com um conjunto de Ministérios, Governo da Bahia e parceiros institucionais, logrou êxito em promover um ambiente de diálogo e cooperação que transcendeu fronteiras. No MIR, a convicção é de que a missão é transformar a realidade das pessoas mais vulneráveis, garantindo que a população negra, quilombola e de comunidades tradicionais ocupe os espaços de poder e decisão.

A Conferência da Diáspora Africana nas Américas é um evento de Afrofuturismo em sua dimensão mais pujante: é o ato de cultivar a memória, reconhecer o passado e, simultaneamente, construir um futuro onde a nossa humanidade seja plenamente reconhecida.

O Relatório que se segue oferece a síntese detalhada de todo o processo, incluindo os Diálogos Temáticos sobre Memória, Reconstrução, Restituição e Reparação, e Panafricanismo. O documento aborda, também, a Carta de Recomendações da Diáspora Africana, o principal legado político deste encontro, destinado a subsidiar o 9º Congresso Pan-Africano e a orientar as políticas públicas de justiça reparatória em todo o mundo.

A Carta que representa a posição oficial da Diáspora Africana foi formalmente apresentada à União Africana e ao Governo do Togo na sessão governamental da Conferência, realizada em 31 de agosto de 2024. Documentada como instrumento de referência, essa Carta será incorporada às discussões e às agendas do 9.º Congresso Pan-Africano, contribuindo com recomendações e perspectivas fundamentais das populações afrodescendentes. Que este Relatório sirva como um farol, inspirando a todos a caminhar juntos, pois a nossa união é a nossa maior força.

Anielle Franco

Ministra de Estado da Igualdade Racial Brasil

Governo Federal do Brasil



Apresentação

É com grande honra que apresentamos o Relatório da Conferência da Diáspora Africana nas Américas, realizada em Salvador entre 29 e 31 de agosto de 2024. O documento sintetiza debates, deliberações e encaminhamentos produzidos em um encontro histórico, que pela primeira vez aconteceu fora do continente africano e integrou de forma estruturada a escuta qualificada da Diáspora Africana nas Américas ao ciclo preparatório do 9º Congresso Pan-Africano.

Salvador, marcada por sua profunda ancestralidade africana e reconhecida por abrigar a maior população negra fora do continente, foi o cenário simbólico e político ideal para esta Conferência. Ao sediá-la, a Bahia reafirma sua identidade e seu papel como território estratégico para o diálogo internacional sobre igualdade racial, justiça, reparação histórica e cooperação entre os povos africanos e suas diásporas.

Realizada em parceria entre o Governo do Brasil, a União Africana, o Governo do Togo e o Governo da Bahia, com participação ativa de governos locais, universidades, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a Conferência consolidou um ambiente plural comprometido com agendas essenciais ao pan-africanismo contemporâneo, incluindo memória, reparação, restituição, desenvolvimento econômico, cultura, inovação científica e direitos humanos.

Para a Bahia, por meio da Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais do Governo da Bahia, integrar esse processo como parceira estratégica representa um marco institucional. Nossa Estado mantém o compromisso de promover políticas públicas que reconheçam a centralidade da população negra na formação do Brasil e contribuam para o enfrentamento permanente ao racismo, fortalecendo alianças e impulsionando uma agenda global de reparação, dignidade e desenvolvimento compartilhado.

Este relatório reforça que a Conferência constitui um passo decisivo rumo ao 9º Congresso Pan-Africano, que ocorrerá em Lomé, Togo, em dezembro de 2025. As contribuições reunidas aqui alimentam a renovação do pan-



africanismo e refletem sobre o papel da África e da Diáspora na transformação das instituições multilaterais e na construção de estratégias conjuntas para o futuro.

Ângela Guimarães

Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais

Governo do Estado da Bahia



1. Introdução



Fonte: Agencia Brasil - Acessível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-08/conferencia-da-diaspora-africana-nas-americas-debate-pan-africanismo>

A Conferência da Diáspora Africana nas Américas, realizada em Salvador, Bahia, Brasil, nos dias 29 e 31 de agosto de 2024, reuniu representantes de governos, da União Africana, de organismos internacionais, intelectuais, lideranças de movimentos negros, povos e comunidades tradicionais, artistas e organizações da sociedade civil das Américas e de países africanos.

Concebida como etapa preparatória para o 9º Congresso Panafricano, a ser sediado em Lomé, no Togo, em dezembro de 2025, a Conferência teve como propósito consolidar uma agenda política comum da Diáspora Africana nas Américas, alinhada aos eixos de panafricanismo, memória, reconstrução, reparação e restituição promovidos pela União Africana. O 9º Congresso, cujo tema é "Renovação do pan-africanismo e o papel da África



na governança global: mobilizar recursos e reinventar-se para agir", contará com a Conferência como um de seus eventos preparatórios.

A Conferência se consolida como um marco histórico: é a primeira conferência preparatória oficial do Congresso Pan-Africano que busca fortalecer a posição da Diáspora como a 6ª região da União Africana e amplificar sua voz no debate global. Esta conferência se constitui como ação estratégica no âmbito da "Década das Raízes Africanas e da Diáspora Africana" (2021-2031).

O evento foi fruto de uma parceria entre a União Africana, o Governo de Togo, o Governo Federal do Brasil e o Governo do Estado da Bahia. Contou também com o apoio institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Instituto Brasil África (IBRAF). No âmbito do Governo Federal, a organização e realização da Conferência contou com ampla articulação entre os ministérios da Igualdade Racial, das Relações Exteriores, da Cultura, Fundação Cultural Palmares, dos Direitos Humanos e Cidadania, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, além da equipe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Como país de maior população negra fora da África, e com duas décadas de institucionalização de políticas de promoção da igualdade racial, o Brasil foi escolhido para sediar o encontro da 6ª Região, que integra a Diáspora Africana nas Américas e Caribe, pelo alto Comitê Ministerial da União Africana sobre a Década das Raízes Africanas e da Diáspora, presidido pelo Togo. A Diáspora Africana nas Américas contempla uma estimativa de 200 milhões de pessoas (ACNUR), dos quais cerca de 113 milhões vivem no Brasil.

Ao longo de dois dias, foram debatidos temas centrais para a população negra e afro-diaspórica, como reparações históricas e contemporâneas pelo colonialismo e pela escravidão, políticas de memória



e de restituição de bens culturais, cooperação econômica e educacional Sul-Sul e fortalecimento da participação institucional da diáspora nos processos decisórios. Como resultado, a Conferência produziu uma Carta de Recomendações dirigida à União Africana e aos Estados das Américas, com propostas concretas em educação, cultura, desenvolvimento, participação política e proteção de povos e comunidades tradicionais, destinada a subsidiar os debates do Congresso Panafricano e orientar políticas públicas voltadas à igualdade racial e à justiça reparatória.

A perspectiva global da conferência foi traduzida pela Ministra da Igualdade Racial do Brasil, Anielle Franco, no ato inaugural da Conferência em Salvador, quando a definiu como um "significativo espaço internacional para promover o intercâmbio de políticas de memória e reparação e avançar nas discussões sobre a importância da verdade histórica na reparação dos danos causados pela escravidão". Essa perspectiva orientou os debates, focando na construção de uma agenda de justiça reparatória e de fortalecimento dos laços transatlânticos.

Este relatório apresenta uma visão geral da conferência, detalhando seus objetivos, estrutura, participantes e os fundamentos teóricos para as discussões, análise dos resultados e na apresentação da "Carta de Recomendações", o principal legado político do encontro.



2. Objetivos, Participantes e Pilares Temáticos

A Conferência da Diáspora Africana nas Américas buscou fomentar o diálogo entre representações diversas da sociedade civil e representações governamentais. A estrutura do evento foi concebida para que, nos dias 29 e 30 de agosto, a sociedade civil se reunisse para debates aprofundados, culminando na elaboração de um documento coeso para ser apresentado ao Congresso Pan-Africano.

A conferência visava ampliar os caminhos para a renovação e expansão das discussões panafricanistas, conectando as pautas do continente africano ao contexto da Diáspora. O resultado mais esperado era a entrega da "Carta de Recomendações" ao Alto Comitê Ministerial da União Africana, manifestando a posição da 6ª região sobre os temas da Década das Raízes Africanas e da Diáspora.

O perfil dos participantes refletiu a diversidade da Diáspora. Mais de 50 delegações de países africanos e das Américas estiveram presentes, reunindo especialistas, pesquisadores, personalidades da cultura, referências de movimentos sociais e representantes dos setores público e privado. Essa pluralidade de vozes garantiu que os debates fossem multifacetados e conectados às realidades vividas pelos povos afrodescendentes nesse contexto diaspórico.

A estrutura do evento foi organizada para assegurar a interação entre os participantes ao longo de dois dias dedicados à sociedade civil:

- Dia 29 de Agosto (Universidade Federal da Bahia e Centro Histórico): O primeiro dia iniciou-se com a cerimônia de abertura institucional na UFBA, seguida por diálogos temáticos que introduziram os quatro pilares da conferência. O período da tarde foi dedicado a vivências



culturais no Centro Histórico de Salvador, proporcionando uma imersão na herança afro-brasileira.



Foto: Acervo Governo Federal

- Dia 30 de Agosto (Hotel Wish Bahia): O segundo dia foi o núcleo das deliberações. Os participantes se dividiram em quatro rodas de conversa temáticas para aprofundar os debates e construir as propostas. O dia culminou em uma plenária geral para a aprovação da Carta de Recomendações, seguida pela cerimônia de encerramento da Conferência da Sociedade Civil.
- Dia 31 de Agosto (Centro de Convenções da Bahia): No terceiro dia, reuniram-se as representações governamentais de 44 delegações para a etapa governamental da Conferência, ocasião em que se procedeu à



entrega formal da Carta de Recomendações às autoridades da União Africana e do Governo do Togo.



Foto: Acervo Governo Federal

Pilares Temáticos

As deliberações da Conferência da Diáspora Africana nas Américas foram estruturadas em torno de quatro pilares temáticos interconectados, que orientaram o diálogo: Pan-Africanismo, Memória, Reconstrução e Reparação e Restituição. Esses temas foram concebidos em uma sequência lógica: o Pan-Africanismo como o quadro ideológico; a Memória como o ato de recuperação da identidade; a Reconstrução como o projeto de transformação material; e a Reparação como o mecanismo de justiça para viabilizar essa transformação. Juntos, forneceram uma estrutura analítica robusta para a elaboração de recomendações políticas, abordando as



dimensões históricas, culturais, políticas e econômicas que moldam a experiência afro-diaspórica contemporânea.

De forma a melhor fundamentar o debate junto aos temas da Conferência, foram compostas equipes com pesquisadoras e pesquisadores da União Africana e de Universidades brasileiras para elaborarem textos orientadores. A seguir, estão dispostos os textos orientadores, por tema das quadro Rodas de Conversa realizadas na Conferência:

RODA DE CONVERSA I - PAN-AFRICANISMO

Elaboração: Dr. Gnaka Lagoke (Lincoln University, PA) e Dr. Richard Santos (Universidade Federal do Sul da Bahia)

Os povos de ascendência africana desenvolveram e consolidaram um espírito de solidariedade e unidade racial nascido da experiência comum que enfrentaram sob sistemas semelhantes de Supremacia Branca baseados na desumanização, exploração, expropriação e desapropriação, como a escravidão, o colonialismo, o apartheid, o neocolonialismo, a segregação e o neoliberalismo. A noção de solidariedade racial tomou o nome de Pan-Africanismo na primeira conferência pan-africana organizada por Henry Sylvester Williams em Londres em 1900. O principal objetivo do Pan-Africanismo, que é uma ideia, um conceito, uma ideologia política, um movimento, um processo, é a restauração da soberania cultural, política, econômica e cultural da África e de seus povos. Seus valores são liberdade, justiça, unidade, orgulho e dignidade.

A ideia da consciência pan-africana estava presente nas lutas para acabar com a escravidão, o colonialismo e o apartheid. Ela estava presente na construção dos Quilombos no Brasil, na Revolução Haitiana, nas revoltas dos Marrons e na resiliência das rotas de fuga da escravidão. Também estava presente em três correntes em vigor nos séculos XVIII e XIX, que moldaram o processo de unidade e liberdade dos povos de ascendência africana. Essas correntes são o Movimento de Retorno à África, com as



criações de Serra Leoa e Libéria para o retorno de escravos libertos pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos, respectivamente, o Etiopianismo (movimento de igrejas independentes lideradas por negros) e o Pan-Negroísmo. O Pan-Africanismo como um processo e fenômeno articulado e estruturado no século XX é uma confluência dessas três correntes.

O exame crítico do Pan-Africanismo mostra que o movimento experimentou uma credibilidade através de etapas incrementais. As reuniões pan-africanas foram rotuladas com nomes específicos por seus respectivos organizadores, que cada vez levaram o movimento a um estágio ascendente. Henry Sylvester Williams foi um dos que cunhou e popularizou a palavra “Pan-Africanismo”. Ele organizou a primeira reunião considerada a primeira conferência pan-africana do século XX em Londres, em 1900.

W.E.B. Du Bois foi um dos primeiros teóricos do marco. Ele organizou os primeiros cinco congressos pan-africanos, em 1919, 1921, 1923, 1927 e 1945, todos em capitais e cidades ocidentais. O último (1945) ocorreu em Manchester e foi justamente apelidado de Congresso de Manchester. George Padmore, secundado por Kwame Nkrumah, liderou-o magistralmente. Seu foco foi a descolonização da África. Foi uma reação e resposta dos pan-africanistas que sentiram indignação quando a Itália invadiu a Etiópia, a não conquistada, em 1935. Marcus Garvey, o maior defensor do Movimento de Retorno à África no século XX, foi quem transformou o movimento pan-africano em um movimento de massa com sua organização, a Associação Universal de Melhoramento do Negro (UNIA), que reivindicava centenas de capítulos ao redor do globo.

Kwame Nkrumah, que liderou a independência de Gana, levou o Pan-Africanismo ao nível estatal. Ele foi o primeiro líder africano a fazer do Pan-Africanismo a base de seu governo. Durante as conferências de Acra de 1958 (a Conferência de Estados Africanos Independentes e a Conferência de Todos os Povos Africanos), o Pan-Africanismo tornou-se uma ideologia multirracial. Assim também as noções de personalidade africana e comunidade africana, associadas a esse fenômeno. Túnis (Tunísia) e Cairo



(Egito) sediaram, respectivamente, as duas iterações dessa série em 1960 e 1961. A noção de Poder Negro incorporada por Gana foi transformada em um movimento e um grito de guerra nos Estados Unidos e tocou tanto o continente africano quanto o Caribe.

Abordagens divergentes expressas por líderes africanos sobre a Guerra Fria, a oposição doutrinária entre socialismo/comunismo versus capitalismo, a guerra na Argélia e a crise do Congo dividiram ainda mais a elite política africana, que formou grupos de acordo com suas afinidades ideológicas. Em um esforço de compromisso, eles se reuniram em Adis Abeba e criaram em 25 de maio de 1963 a Organização da Unidade Africana (OUA). O Pan-Africanismo, assim, alcançou os píncaros do continente. A OUA jurou apoiar a luta pela descolonização, pelo desmantelamento do apartheid e cumprir sua missão por meio da integração econômica regional.

Há, hoje, imperativo de reformular o Pan-Africanismo de forma a incluir as exigências do século XXI em torno de novos princípios. Essa reformulação passa, por exemplo, pela inclusão da maioria minorizada no caso do Brasil, pela luta por reparações, pela reafirmação da soberania dos países africanos, frente a disputas geopolíticas globais e a persistência de práticas neocoloniais, e pelo combate à brutalidade policial contra pessoas negras. Passa, também, pelo fortalecimento da Filosofia Ubuntu de interdependência e unidade, conectando o continente africano e as américas, promovendo a autodescoberta, a recuperação da humanidade, a restauração memorial e o desenvolvimento integrado da África e de seus povos. Por meio das seguintes propostas de recomendação, pretendemos contribuir com a renovação e reafirmação do pan-africanismo, enriquecido com a Filosofia Ubuntu.

Proposta de recomendação 1:

- Fortalecer o pan-africanismo do século XXI, pautado pela filosofia Ubuntu, caracterizado pelo compromisso com o humanismo e pelo reconhecimento da unidade e circularidade cultural, espiritual e linguística



entre os povos africanos e a Diáspora, composta por suas comunidades emigradas e pelas populações de origem africana radicadas nos países de outros continentes;

Proposta de recomendação 2:

- Transversalizar os ideais do pan-africanismo e da filosofia Ubuntu nos esforços de reparação e da reforma das instituições internacionais e na gestão de políticas públicas dos estados por meio do aumento da representatividade de países africanos em organizações e foros internacionais e da coordenação de posições entre países africanos e afrodiáspóricos em temas de interesse comum nesses foros e organizações.

RODA DE CONVERSA II – MEMÓRIAS

Elaboração: Dra. Sheila Walker (Diáspora Africana Global), Dra. Helena Theodoro (UFRJ) e Dra. Thula Pires (PUC Rio)

Muitos de nós foram ensinados, e alguns de nós acreditaram, que nossas ancestrais africanas não trouxeram nada com elas para contribuir com as terras estrangeiras em que se encontravam a oeste, leste e norte do continente, principalmente, mas nem sempre, como resultado da escravidão. Assim como muitas outras coisas que nos foram ensinadas, isso não é verdade. Os(as) africanos(as) trouxeram em suas cabeças ricas lembranças de casa que foram recriadas contra oposição feroz de colonizadores. Eles(as) inovaram as formas culturais com base nas memórias africanas que herdamos e estamos perpetuando, consciente e deliberadamente, ou não.

Ao pensarmos em memórias, precisamos considerar aquelas que foram esquecidas e que precisam ser revividas e compartilhadas para que possamos entender melhor nós mesmos e nossos relacionamentos uns com os outros, como o significado dos nomes africanos que permaneceram, muitas vezes sem serem reconhecidos, na costa do Pacífico da América do



Sul e até mesmo no norte dos Estados Unidos. Essas memórias estão codificadas em uma complexa colcha de retalhos de múltiplas origens africanas que existem em toda a Diáspora. Para viver além das mentes individuais, as memórias devem ser compartilhadas e manifestadas em formas culturais praticadas coletivamente. Precisamos aprender a decodificar e reconhecê-las como elementos dinâmicos de nossa, vida cotidiana, bem como de nossas comemorações – um termo interessante que nos diz muito.

Ao falar de pan-africanismo, precisamos ir além das relações do mundo atlântico. A Diáspora Africana está presente em lugares os mais inesperados, como, por exemplo, o sistema espiritual Zar no Golfo Pérsico, cuja origem é da África Oriental. Uma questão fundamental na diáspora é a sinergia estabelecida entre africanos(as) e outros(as) africanos(as). As explicações sobre o sincretismo religioso envolvendo orixás iorubás e santos católicos na Bahia pareciam ignorar que as primeiras fusões culturais foram sinergia entre distintos povos, etnias e idiomas de diferentes povos africanos, não com europeus.

Como podemos operacionalizar as memórias da diáspora africana/africana para fins pan-africanos no século 21 e ir além, como nossos ancestrais fizeram no passado, criando formas culturais que ainda determinam nossos comportamentos hoje? Bob Marley, da Jamaica, cantou no final do século XX, com base na inspiração do igualmente jamaicano Marcus Mosiah Garvey no início do século XX: “emancipe-se da escravidão mental, (outros podem libertar nossos corpos), ninguém além de nós mesmos pode libertar nossas mentes”.

Como as memórias africanas forneceram a base da criatividade cultural da diáspora africana, os(as) africanos(as) e as diásporas precisam saber o básico sobre a África como base de uma consciência pan-africana. A África é o continente de origem de todos os seres humanos modernos, o homo (e certamente a femina) sapiens sapiens, com base nas últimas descobertas de paleontólogos, geneticistas e linguistas. A África também é



o continente mais diverso geneticamente, culturalmente e linguisticamente. O bantu, por exemplo, não é um grupo étnico, mas uma família de idiomas que abrange a maior parte do sul do continente, da costa oeste à leste, e inclui cerca de 1.000 idiomas, alguns dos quais têm dialetos.

Para entender a diáspora e saber como identificar o que estamos vendo, devemos saber quais africanos(as) se encontraram em quais partes da diáspora e criaram novas formas culturais que refletem suas origens. Na Bahia, no Brasil, essas origens africanas específicas são evidentes nas nações espirituais denominadas iorubá, jeje e angola. O banco de dados do site slavevoyages.com, usando registros de mais de 35.000 viagens de navios que traziam africanos escravizados para portos nas Américas, é a fonte indispensável para saber quais africanos foram levados de onde na África para onde no mundo atlântico.

O poeta afro-cubano Nicolás Guillén escreveu: "Sem nos conhecermos, não nos reconheceremos uns aos outros". O conhecimento de nossa própria cultura nos dá uma base para reconhecer os pontos em comum, as semelhanças e as conexões com outros(as) africanos(as) e afrodescendentes com base em nossas raízes comuns. Talvez não reconheçamos imediatamente o que temos em comum porque isso pode assumir formas diferentes em lugares diferentes. Tampouco sempre perceberemos imediatamente o que precisamos aprender, ou já aprendemos, uns(umas) com os(as) outros(as). Às vezes, nossos comportamentos só fazem sentido quando conhecemos suas origens africanas.

A escravidão e a colonização de pessoas de origem africana nos últimos 2000 anos produziram o resultado de nos tornar um povo global. Como tal, precisamos de uma consciência pan-africana igualmente global, de orientação Ubuntu, e de uma identidade coletiva para o século XXI, uma consciência e uma identidade conectadas em geografias mundiais por múltiplas memórias africanas manifestadas em formas culturais que caracterizam a civilização planetária. Conhecer a nós mesmos e uns aos



outros pesquisando, escrevendo, declarando e tornando conhecidas para nós e para outras pessoas nossas narrativas sobre nós mesmos.

Proposta de recomendação 1:

- Fortalecer e organizar circuitos acadêmicos, educacionais, culturais e políticos de diálogo e celebração da história compartilhada entre as populações africanas e a Diáspora;

Proposta de recomendação 2:

- Oferecer mais investimentos internacionais públicos e privados para pesquisas e atividades de preservação e divulgação do conhecimento sobre a história e a memória pan-africana, em particular sobre as conexões históricas entre a Diáspora e o continente africano, com ênfase na influência de grupos étnicos e linguísticos específicos.

RODA DE CONVERSA III – RECONSTRUÇÃO

Elaboração: Dra. Miriam Reis (UNILAB – Brasil), Yolian Ogbu (New York University).

O Sankofa (ideograma ancestral africano) ensina que é necessário conhecer o passado para melhor construir o futuro. Este é um exercício que apela a um método contracolonial de compreensão do continente africano e da sua diáspora, defendendo o direito dos povos à memória. A confluência – compreensão cosmogônica de que a memória e as subjetividades estão inscritas numa espiral de começo, meio e recomeço – permite a ativação de memórias coletivas, comunitárias, que instrumentalizam os sujeitos como autores de suas próprias histórias. Estas memórias, que atualizam tecnologias e histórias pré-coloniais, permitem a construção de conhecimentos multi, inter e transdisciplinares, que questionam os métodos, paradigmas e até mesmo a linguagem da academia ocidental, provocando outras perspectivas para a elaboração de políticas de desenvolvimento para os cidadãos do continente africano e da diáspora.



O exercício de recordar, de conhecer o passado, é também um elemento da luta pela justiça. Esquecer a violência colonial e escravagista significa enfraquecer a exigência de reparação. A condição de subdesenvolvimento de muitas nações ainda é consequência da pilhagem de tecnologias, inteligência e recursos naturais e económicos perpetrada pelas metrópoles coloniais durante séculos. Como já afirmou Du Bois, ainda levará tempo para compreender os efeitos físicos, econômicos e morais do comércio sistemático de seres humanos empreendido pela civilização europeia durante mais de quatrocentos anos. É preciso exigir responsabilidade dos países que se desenvolveram a partir da exploração dos povos e das nações africanas. É preciso que esses países promovam ações para restaurar a dignidade desses povos, com anistia de dívidas, transferência de tecnologia, financiamento para melhorar os índices de desenvolvimento humano.

Outra dimensão da reconstrução é a conexão das condições materiais daqueles que estão na diáspora africana com aqueles que estão no continente africano. Isto requer uma reformulação do movimento pan-africano dentro das estruturas da economia política e do capitalismo racial global em geral, considerando os distintos operadores de segregação que marcaram os países atravessados pela experiência colonial.

No contexto da globalização e da emergência do neocolonialismo, a hegemonia ideológica neoliberal espalhou-se pelos povos africanos e esmagou os movimentos pela autodeterminação e pela consciência política. Os estudos neoliberais de base ocidental centram-se nos esquemas de corrupção interna e na má gestão estatal dos serviços públicos como o principal fator de opressão das massas africanas, do Brasil ao Congo, do Haiti ao Sudão. Estas narrativas ignoram a história duradoura da exploração capitalista no continente africano, particularmente através do colonialismo, e os seus impactos estruturais duradouros nas instituições econômicas e políticas de hoje.



A partir do paradigma afrocêntrico, devemos procurar restabelecer uma teoria do subdesenvolvimento que tenha como referência uma análise de classe dos povos africanos em escala global. Da mesma forma que a história nos mostrou a ascensão de uma classe capitalista transnacional (CCT) no século XX, devemos também discutir a reação: movimento internacional da classe trabalhadora de africanos, da diáspora e dos demais trabalhadores. A influência hegemônica da CCT, dedicada a salvaguardar e expandir o capitalismo global, subjugou efetivamente os estados como entidades subordinadas à classe dominante global.

Dessa forma, as massas africanas em todo o mundo encontram-se repetidamente na base da pirâmide. Esta dinâmica é particularmente perceptível nos debates sobre “transição energética verde”. Os capitalistas estão reconstruindo processos de exploração do trabalho, a fim de manter seus padrões insustentáveis de extração e de degradação da terra, em meio aos devastadores impactos da mudança do clima.

A reconstrução não pode ser vista simplesmente num sentido cultural decolonial, mas como uma transformação fundamental do estado e da economia global. À medida que as condições climáticas pioram, intensificam-se crises políticas e sociais. Estamos testemunhando a propagação das formas mais bárbaras de domínio de classe, à medida que as potências imperialistas lutam entre si pelo controle contínuo dos recursos, do trabalho e da terra africanos.

O combate ao racismo precisa estar pautado transversalmente e deve considerar a interseccionalidade de gênero, classe e raça, especialmente quando mulheres estão na base das pirâmides sociais.

A fim de romper as relações de exploração históricas, em movimento em prol de mundo livre e justo, recomenda-se que:

Proposta de recomendação 1:

- No 9º Congresso Pan-Africano, políticas de desenvolvimento sustentável que prevejam estratégias de reconstrução para as nações afetadas pelo capitalismo predatório devem incluir: a reestruturação das



matrizes energéticas, com desenvolvimento de fontes renováveis e seguras; produção eficiente de alimentos e programas de combate à fome e à insegurança alimentar; estratégias ampliadas de saúde, que considerem especificidades epidemiológicas da diversidade dos países e que permitam ações de prevenção e erradicação de doenças;

Proposta de recomendação 2:

- Fortalecer a cooperação internacional em projetos de cooperação educacional e acadêmica dedicados aos vínculos entre o continente africano e a Diáspora bem como em projetos e iniciativas de promoção da igualdade de género, do acesso digno à saúde e à habitação.

RODA DE CONVERSA IV – RESTITUIÇÃO E REPARAÇÃO

Elaboração: Dra. Barryl A. Biekman e Dra. Jardelina Bispo do Nascimento (UNEB - Brasil)

Propomos que a Conferência da Diáspora Africana nas Américas e o subsequente 9º Congresso Pan-Africano em Togo sejam assertivos nas propostas teóricas e práticas nos temas de Restituição e Reparação, no combate à afrofobia, ao racismo, às novas formas de exploração e vulnerabilidade/mortalidade dos(as) africanos(as)e afrodescendentes. Sob a perspectiva Ubuntu, defendemos a emancipação e união de todas as pessoas, especialmente as pessoas da diáspora africana, o fortalecimento nas áreas política, econômica, cultural, educacional etc., em uma cooperação horizontal, uma ajuda mútua entre todos os países e continentes.

A Declaração de Durban e seu Programa de Ação (ONU 2001) sediam questões gerais sobre causas, formas e manifestações contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlatas. O parágrafo 13 da Declaração de Durban reconheceu a escravidão e o comércio de escravos, incluindo o comércio transatlântico de escravos, como grandes tragédias da história da humanidade, não só como uma barbárie abominável, em termos de sua magnitude e natureza organizada



mas especialmente, por sua negação da essência humana das vítimas. O mencionado artigo 13 reconheceu tais atos como um crime contra a humanidade. O Programa de Ação da Declaração de Durban conclama os Estados Membros da ONU a promoverem ações eficazes e proverem recursos, reparações, medidas compensatórias, dentre outras ações, em nível regional, nacional e internacional, o que se soma ao parágrafo 100 da Declaração, no qual os Estados membros da ONU "reconhecem e lamentam o sofrimento e os males incalculáveis infligidos a milhões de homens, mulheres e crianças como resultado da escravidão, do comércio de escravos, do comércio transatlântico de escravos, apartheid, genocídio e tragédias ocorridas, observando ainda que alguns Estados já tomaram a iniciativa de se desculpar e de reparar, quando cabível, as graves e maciças violações cometidas".

Observando os Princípios Básicos e Diretrizes sobre o Direito a Recurso e Reparação para as Vítimas de Violações dos Direitos Humanos (Resolução 60/147, de 16 de dezembro de 2005 da ONU), destacamos o tema da Restituição com uma dimensão da Reparação, um dos objetos daquela Resolução. Os conceitos incluem repatriação, compensação, satisfação, reabilitação e não repetição.

O Relatório sobre Reparações pela Escravidão Transatlântica nas Américas e no Caribe de 8 de junho de 2023 (Relatório do Grupo de Brattle/2023), elaborado por estudiosos de diversas áreas como história, direito e economia, trata das reparações aos grupos e pessoas afetadas pelo efeito da escravidão transatlântica, aponta as desigualdades sociais e econômicas no Continente Americano e Caribe e sugere medidas compensatórias de reparação, de reconhecimento histórico e de justiça social.

O Relatório do Grupo Brattle de 2023 e a Proclamação de Acra do mesmo ano são referências para discutir medidas compensatórias e de reparação. No mesmo sentido, podem ser citadas as produções do Grupo de Alto Nível da União Européia Sobre a Luta contra o Racismo, a Xenofobia



e outras Formas de Intolerância (2018)e as produções de Biekman(2023) no contexto da “Reunião de peritos: O desenvolvimento da afrofobia na perspectiva de ação contemporânea para um conceito do passado”.

Merecem ser citadas ainda, A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (1981), a qual estabelece princípios para os Direitos Humanos e povos africanos; A Conferência Mundial Contra o Racismo e Discriminação Racial, Xenofobia e a Intolerância Relacionada, a qual destaca o enfrentamento das consequências do colonialismo, as reparações e a superação das desigualdades históricas. A Declaração de Nairobi (2002), que abordou o racismo e a discriminação, propondo reparações para os descendentes das vítimas de escravidão e do colonialismo. A Agenda 2063 da União Africana, que consiste em um plano estratégico para o desenvolvimento econômico e social da África tendo como objetivo a promoção da justiça social e histórica em virtude das consequências do colonialismo e escravidão.

Considerando que a reparação é um processo compensatório pelas injustiças históricas oriundas do período de escravidão, de colonização, e que a discriminação sistêmica continua a afetar as populações afrodescendentes e africanas, recomenda-se:

Proposta de recomendação 1:

- Criar fundos de reparação financiados por governos e instituições que historicamente se beneficiaram da exploração de povos africanos, para a restituição de bens culturais, recursos naturais e outros patrimônios que foram destruídos ou injustamente tirados dos(as) africanos(as) e de seus descendentes, com a criação de Observatório do Patrimônio Material e Imaterial em rede, para restituição dos danos causados pelo colonialismo;

Proposta de recomendação 2:

- Por meio de fundos internacionais e nacionais, promover o desenvolvimento econômico, a educação e a saúde de africanos e afrodescendentes, no combate ao racismo institucional e à afrofobia e na



promoção da equidade racial dos povos em situação de vulnerabilidade, tanto nos países africanos, quanto na diáspora;

Proposta de recomendação 3:

- Constituir Redes de Cooperação, de pesquisa e parcerias entre instituições e comunidades em diferentes países dos continentes Africano e da Diáspora para compartilhar e produzir pesquisas, conhecimentos, recursos e estratégias de desenvolvimento pautadas pela filosofia Ubuntu, com escolas, universidades, organizações governamentais e não governamentais com lideranças negras que possam promover a educação, a pesquisa e a liderança em seus países.



3. Caracterização da Conferência e metodologia



Foto: Acervo Governo Federal

A metodologia adotada na Conferência da Diáspora Africana nas Américas combinou sessões plenárias e rodas de conversa temáticas, em formato participativo. Estruturada como conferência da sociedade civil nos dias 29 e 30 de agosto de 2024, em Salvador, a atividade reuniu cerca de 200 participantes, entre especialistas e pesquisadores, personalidades da cultura e da arte afro-diaspórica, referências de movimentos sociais e representantes do setor público e privado do Brasil, das Américas, do Caribe e de países africanos.

A programação foi organizada em consonância com as diretrizes e os eixos temáticos definidos pela União Africana para o processo preparatório do 9º Congresso Panafricano, articulando escuta qualificada da sociedade



civil e sistematização de propostas em torno dos temas panafricanismo, memória, reconstrução, reparação e restituição.

Conforme explicitado na Carta de Recomendações da Conferência, os trabalhos reafirmam a Declaração e o Programa de Ação de Durban (2001), a Década Internacional de Afrodescendentes (2015–2024) e a Década das Raízes Africanas e da Diáspora Africana (2021–2031), além de destacarem a filosofia Ubuntu e o Pan-Africanismo como referências centrais do processo.

A construção coletiva do conteúdo ocorreu, principalmente, por meio de conversas organizadas em quatro grupos de trabalho temáticos: Pan-Africanismo, Reconstrução, Memória, Reparação e Restituição, coordenados por lideranças acadêmicas e de movimentos sociais indicadas para cada eixo. A etapa preparatória para os participantes contou com a leitura dos textos inspiradores dos temas centrais da Conferência, disponíveis na seção 2 desse Relatório. Nesses espaços das Rodas de Conversa, foram apresentadas contribuições de diferentes participantes, com debate coletivo e registro sistemático das propostas, posteriormente consolidadas na Carta de Recomendações da Conferência.

Ao final da conferência, a metodologia previu a apresentação pública da Carta de Recomendações em sessão plenária, com leitura do preâmbulo pela Secretaria-Executiva do Ministério da Igualdade Racial e a participação de representantes de cada grupo temático na leitura das recomendações, reforçando o caráter coletivo desse processo de formulação.

3.1 Síntese da cerimônia de abertura

A Conferência da Diáspora Africana nas Américas teve início em 29 de agosto de 2024, na Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA),



em Salvador, em uma cerimônia de abertura que articulou expressão artística e memória. A programação foi inaugurada com a apresentação da bailarina Tânica Bispo e do músico Gilberto Gil Santiago, por meio da coreografia “Linha Ancestral: Um diálogo corporal inspirado na cosmovisão simbólica das danças ritualísticas ligadas ao mundo da ancestralidade africana e indígena”, ressaltando, a centralidade da ancestralidade africana e indígena para o sentido do encontro.



Foto: Acervo Governo Federal

A mesa institucional contou com a presença do Reitor da UFBA, Paulo Miguez; do Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida; das Ministras Margareth Menezes, da Cultura, e Anielle Franco, da Igualdade Racial; e de Robert Dussey, Ministro das Relações Exteriores,



Cooperação e Integração Africana do Togo, entre outras autoridades. Ao iniciar sua fala, o Reitor Paulo Miguez expressou gratidão pelo compromisso com o evento da diáspora africana no Brasil em Salvador e destacou que a conferência fortalece a conexão entre África e diásporas ao redor do mundo. Explicou que o evento é parte do processo de preparação para o nono Congresso Panafricano, a ser realizado em novembro em Lomé, Togo, e ressaltou o papel de Salvador como um importante espaço da diáspora nas Américas.

Sublinhou ainda o papel da UFBA na cidadania, demonstrado pelo seu compromisso na organização da conferência em parceria com os governos estadual e federal, e mencionou negociação de acordo de cooperação com o Itamaraty voltado a ações de aproximação com a África por meio de editais científicos, programas acadêmicos e mobilidade de estudantes brasileiros e africanos. Finalizou destacando que é necessário pensar de forma ativa as relações com o continente africano para que possamos agir em harmonia com o que somos: a sexta região africana, parte fundamental no fortalecimento do panafricanismo em todas as regiões do mundo.

A Secretária da SEPROMI Bahia, Ângela Guimarães, emocionou-se ao retornar ao espaço de sua graduação, lembrando uma ocupação popular ocorrida na UFBA há cerca de 20 anos, ocasião em que foram aprovadas ações afirmativas com base na agenda panafricana. Destacou que Salvador é cenário adequado para a conferência devido às diversas manifestações da cultura negra presentes na cidade, que lhe conferem o título de Roma Negra, e recordou encontros anteriores realizados na capital baiana, como a II Conferência Mundial da Tradição dos Orixás e Cultura (1983), a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (2006), a II Conferência Global das Nacionalidades Negras (2015) e o Colóquio Internacional Bahia-África (2023). Enfatizou que o evento tem como objetivos promover o



panafricanismo, preservar a memória coletiva e avançar na agenda das reparações históricas, "traçando um caminho para um futuro de igualdade" ancorado na ancestralidade. Ressaltou que resgatar a memória é um ato político e afirmou que os povos da diáspora constituem uma alternativa viável de desenvolvimento para o futuro global, carregando uma grande potência para a construção de um futuro comum. Destacou o conceito de "Amefricanidade" como convite a reconhecer e valorizar a identidade da diáspora africana nas Américas e a contribuição dessa diáspora ao movimento panafricanista. Observou que o panafricanismo não é uma ideia estática, mas evolui conforme as necessidades e desafios contemporâneos, inclusive frente a novas formas de colonialismo, associadas a modelos econômicos, padrões culturais e políticas globais que marginalizam o continente africano e suas diásporas. Nesse contexto, reforçou o papel estratégico do Brasil, país com a maior população negra fora da África, na promoção de políticas que reconheçam a contribuição africana e mencionou, como exemplo, a proposta brasileira do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 18 (ODS 18), apresentada às Nações Unidas com potencial de fortalecer a agenda de desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

O Presidente do Instituto Brasil-África (IBRAF), João Bosco Monte, afirmou ser um privilégio para o Instituto participar da conferência e relatou sua experiência acumulada ao longo dos quinze anos de existência da organização, período em que participou de discussões sobre a diáspora em diferentes países e teve a oportunidade de visitar 46 países, destacando o impacto do sentimento que esses povos têm em relação ao Brasil. Ressaltou a importância do intercâmbio de saberes entre Brasil e África, mencionando como exemplo um grupo de jovens africanos que têm vindo à Cruz das Almas, no Recôncavo baiano, para receber treinamento na



cadeia produtiva da mandioca. Assinalou o valor da troca de experiências entre pessoas diferentes reunidas em torno de um ideal comum e afirmou que, juntos, “caminhamos mais rápido”.

Em sua intervenção, o Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, salientou que, historicamente, a noção de diáspora africana está diretamente ligada à memória do colonialismo, da escravidão e do tráfico transatlântico de pessoas negras, apontando a necessidade de ressignificar esse legado. Destacou que o Brasil herdou de maneira profunda costumes e tradições africanas e afirmou que a ancestralidade é uma lição de aprendizado. Assinalou que o futuro passa pela construção de uma aliança global na qual a África e suas diásporas estejam inseridas e ressaltou que a conferência não foi organizada apenas para Brasil e África, mas para todas as diásporas, em qualquer país, constituindo oportunidade de construir o futuro a partir da memória de onde viemos. Enfatizou que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania é responsável por políticas de memória, considerando que é a partir das memórias que se disputa o significado de humanidade, e que esse sentido é fruto de uma construção histórica.

A Ministra da Cultura do Brasil, Margareth Menezes, agradeceu a oportunidade de sediar pela primeira vez a conferência das Diásporas em Salvador, cidade que definiu como símbolo vivo da resistência e da cultura afro-diaspórica, e destacou o significado dessa escolha para a população afrodescendente, associando o momento à emergência de um novo paradigma na história, centrado na reparação. Assinalou que a conferência abre espaço para a elaboração de ideias voltadas à construção de um mundo melhor e ressaltou que o Presidente Lula, juntamente com ministras e ministros como Anielle Franco, Marina Silva, Luciana Santos e Silvio Almeida, reconhece a importância política das representações que ocupam



no governo, especialmente para o povo afrodescendente e para a salvaguarda da cultura nacional. Mencionou que, no âmbito do Ministério da Cultura, a natureza afrodiáspórica do Brasil é compreendida como ponte de aproximação com o continente africano e como ferramenta de enfrentamento das desigualdades produzidas pelo colonialismo, que historicamente cerceou os direitos dos povos de África e de seus descendentes. Reafirmou a visão de que a cultura é o maior ativo para recuperar a igualdade e lembrou que, na Década das Raízes Africanas e da Diáspora Africana (2021–2031), a cultura foi recolocada como ponto central na luta por liberdade e equidade, já que é por meio de manifestações artísticas e culturais – poesia, literatura, ensino, teatro, artes plásticas, dança, música – que o panafricanismo se apresenta ao mundo.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, rememorou sua história pessoal como irmã de Marielle Franco, enfatizando o orgulho de sua trajetória de mulher negra nordestina, de origem humilde e de favela, e ressaltou o papel da educação como principal instrumento de luta contra a opressão. Reconheceu as dificuldades enfrentadas pelas populações negras no lado americano da diáspora e afirmou que “o movimento negro é a vanguarda desse país”, pois permite compreender o passado e vislumbrar presente e futuro. Relatou que, diante do assassinato de sua irmã e de lideranças como Mãe Bernadete, escolheu transformar o luto em luta, entendendo tais crimes como recados que buscam afirmar a descartabilidade das vidas negras. Ressaltou, contudo, que essas violências impulsionam a reinvenção e o fortalecimento da missão coletiva. Destacou a importância de olhar para o futuro sem perder de vista a memória, reconhecendo a missão histórica de ocupar espaços de poder e decisão que historicamente foram negados a mulheres e homens negros.



Reforçou a relevância da recriação do Ministério da Igualdade Racial para evitar que vidas negras continuem sendo ceifadas e oportunidades sigam sendo negadas e citou reflexão da professora Fátima Lima sobre o papel das mulheres negras em “parir” não apenas filhos e filhas, mas também oportunidades, sonhos e políticas públicas. Destacou a necessidade de construir um projeto político de país que represente efetivamente a população negra e assegure presença e permanência de pessoas negras em espaços de decisão, abrindo portas para as próximas gerações. Assinalou, ainda, que o encontro busca fortalecer as raízes africanas mundo afora, estabelecer amplo diálogo entre Estado e sociedade civil dos países da União Africana e das Américas e fomentar debates, escutas e articulações que resultem em acordos bilaterais e multilaterais capazes de fortalecer as relações econômicas, sociais e culturais entre o continente africano, as Américas e o Brasil.

O Ministro das Relações Exteriores, Cooperação e Integração Africana do Togo, Robert Dussey, agradeceu a realização do evento e afirmou que, para ele, o movimento renasceu em 29 de agosto de 2024. Apresentou a conferência como oportunidade de “encontrar uma luz” após séculos em que pessoas negras foram colocadas em posição desumanizada e declarou que é o momento de dizer “chega”. Criticou a forma como o continente africano é frequentemente retratado pela mídia mundial como atrasado e marcado apenas por pobreza e miséria, apontando essa imagem como resultado de uma propaganda de dominadores que não desejam o crescimento do continente.

Ao tratar da restituição de bens e riquezas africanas, empregou a metáfora de um ladrão que invade uma casa, leva os pertences e, quando a pessoa tenta reavê-los, é informada de que precisa pedir permissão ao invasor, associando essa situação à exigência contemporânea de que



africanos “solicitem” a devolução do que lhes foi tomado. Afirmou que a união da sociedade civil em torno de temas como memória e restituição provoca medo naqueles que usurparam os bens do continente e defendeu que essa riqueza deve ser estornada, pois não pertence aos colonizadores. Ao concluir, ressaltou a necessidade de fortalecer as conexões diretas entre África e Brasil, incluindo a criação de um voo direto entre o continente africano e o Brasil, de modo a evitar a dependência de rotas que passem pela Europa ou pelos Estados Unidos para chegar à América do Sul.

A solenidade de abertura buscou enfatizar o tom da Conferência como um espaço em que arte, memória, ancestralidade, direitos humanos, desenvolvimento e panafricanismo são trazidos para o centro do debate por autoridades governamentais, acadêmicas e lideranças da sociedade civil. Em diferentes registros, as falas situaram a diáspora africana nas Américas como parte da “sexta região” africana e ressaltam seu papel na construção de um futuro comum fundado em reparação, justiça e cooperação entre a África e suas diásporas.

Ainda no dia 29, foram realizados os Diálogos temáticos sobre os quatro temas pilares da Conferência. Apresentamos, a seguir, a síntese da abordagem realizada nesses Diálogos.

3.2 Diálogos Temáticos

3.2.1 Tema: Memória

Relatores: Sanandra Andrade e Jorgia Machado

Palestrante: Professora Dra. Helena Theodoro (Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil)



Nos Diálogos Temáticos sobre Memória, a Professora Doutora Helena Theodoro destacou a emoção de estar em Salvador e a importância desse momento como encontro com a espiritualidade africana, central para a identidade e a memória da comunidade negra. Criticou a narrativa de que pessoas negras não trouxeram contribuições próprias e a ideia de que seriam “tábulas rasas”, contrapondo essa visão à perspectiva africana, segundo a qual todas as pessoas possuem Orí e são também seus ancestrais, o que permite a presença de memórias de situações não vividas diretamente.



Foto: Acervo Governo Federal

Diferenciou essa concepção do pensamento judaico-cristão associado ao condicionamento operante, que leva à repetição de atos transformados em memória. Explicou que, para a comunidade africana, a memória



engloba tanto a dimensão ancestral quanto a memória adquirida ao longo da vida, mencionando os desafios da militância no ambiente acadêmico. Para ilustrar, retomou a experiência da Rainha Nzinga de Angola, que, ao reconhecer a presença de culto a ancestrais na Igreja Católica, utilizou o batismo e as irmandades para articular elementos católicos e tradições africanas, contribuindo para espaços de culto ancestral como a Casa Branca. Ao final, enfatizou a importância de conhecer a história e a criatividade cultural da população negra, evidenciada em expressões como o bumba-meу-boi, o samba-de-roda e na culinária, em que cozinhar é entendido como “dar vida ao que está morto”, reforçando que a valorização dessas memórias é essencial para compreender a identidade e as contribuições da comunidade negra no Brasil e no mundo.

3.2.2 Tema: Reconstrução

Relatores: Bruna Andrade e Victor Alessandry

Palestrante: Professora Dra. Wlamyra Albuquerque (Historiadora e professora UFBA)

Nos Diálogos Temáticos sobre Reconstrução, a professora e historiadora Wlamyra Albuquerque afirmou que a reconstrução deveria ser uma ordem global, orientada tanto pelos que se foram quanto pelos que virão. Destacou a importância da cosmologia africana e brasileira no enfrentamento do colonialismo, ressaltando que o Brasil, em termos de população negra, é tão grande quanto a África. Apresentou a reconstrução como reinvenção do povo africano, entendida como construir e reconstruir formas de protagonismo no mundo e reinventar modos de se colocar em destaque. Sugeriu a elaboração de políticas públicas voltadas ao meio



ambiente sustentável, associando essa agenda à luta contra o capitalismo predatório e o neocolonialismo.

Ressaltou ainda a necessidade de projetos nacionais que promovam igualdade de gênero e capacidade de reinvenção tecnológica entre África e diásporas, defendendo um novo plano que trate do que é fundamental na relação entre diásporas e continente africano, para além de dimensões simbólicas, afetivas e religiosas, incluindo intercâmbios e programas que favoreçam a interação social e cultural entre os povos. Em sua avaliação, os programas pró-África do governo Lula têm favorecido o intercâmbio entre estudantes e especialistas brasileiros e africanos. Considerou vital a realização de um censo sobre o impacto de estudantes africanos em universidades brasileiras na reconstrução de vetores de invenção tecnológica, em um cenário de futuro incerto marcado por disputas coloniais e pelo aumento do poder bélico de antigos poderes coloniais dominantes.

3.2.3 Tema: Restituição e Reparação

Relatores: Rômulo Bittencourt e Busayo Alatishe

Palestrante: Epsy Campbell (Ex vice-presidente da Costa Rica)

No Diálogo Temático sobre Restituição e Reparação, a ex-vice-presidente da Costa Rica, Epsy Campbell, iniciou sua intervenção cumprimentando todas as pessoas presentes, incluindo aquelas que realizam trabalhos de limpeza e de bastidores, frequentemente desempenhados por pessoas negras, a quem se referiu como “nossa gente”. Afirmou que falar sobre restituição faz parte da África e que a comunidade precisa reconhecer quem é e lembrar dos ancestrais que tornaram possível a presença das pessoas negras hoje. Destacou que



africanos e seus descendentes na diáspora têm sido vítimas das mesmas atrocidades e de uma exclusão sistemática, em um cenário em que jovens afrodescendentes são mortos nas ruas e compõem a maioria da população prisional. Observou que “nascer afrodescendente na América Latina é praticamente o mesmo que nascer pobre”, já que muitas mulheres negras trabalham como empregadas domésticas e são desproporcionalmente afetadas pela violência, prostituição e encarceramento.

Elá enfatizou ainda a necessidade de avançar nas reparações aos afrodescendentes, em especial às mulheres negras, com base no desenvolvimento de um sentimento de orgulho por descender de pessoas que resistiram à barbárie europeia. Destacou a importância do pensamento diaspórico negro para a mudança da realidade africana, incluindo o enfrentamento do racismo global e da discriminação sistêmica, e sublinhou que compreender o passado é condição para curar traumas geracionais e restaurar a dignidade de grupos sistematicamente excluídos.

Em sua fala, trouxe como exemplo de racismo sistêmico a forma como a tecnologia pode perpetuar a exclusão por meio de algoritmos e reforçou que é hora de exigir reparações, reconhecendo a força e a resistência que a negritude oferece na luta por justiça. Elogiou a geração atual de afrodescendentes, que definiu como “geração da luz”, por compreender sua responsabilidade de transformar a realidade e ser capaz de “mover o mundo”, como demonstrado nas mobilizações após o assassinato de George Floyd, vítima de opressão policial nos Estados Unidos. Para Epsy, uma das formas de reparação é usar as capacidades dos jovens negros com influência nas redes sociais para incutir consciência pan-africana, utilizar a arte como fonte de resiliência cultural e refletir sobre como queremos que as futuras gerações vejam os afrodescendentes. Enfatizou a importância de a comunidade negra seguir questionando como



forma de cura, reconhecendo religiosidade e cultura como expressões de resiliência.

Concluiu afirmando que os povos negros sempre atuaram com base no princípio do Ubuntu, fundamentado em cuidado e equidade, o que coloca pessoas negras, especialmente mulheres, em posição de igualdade com homens brancos. Ressaltou que a comunidade negra merece dignidade e que é responsabilidade coletiva entregar às novas gerações um mundo que elas merecem, a ser construído conjuntamente por África e diásporas, sem superexploração de recursos materiais e humanos, em direção a um mundo “onde cada criança que nasce terá direito à escola, moradia e dignidade”.

3.2.4 Tema: Panafricanismo

Relatores: Olusola Rozalyn e Bruno Glória

Palestrante: Professor Gnaka Iagoke e Richard Santos

No Diálogo Temático sobre Panafricanismo, o professor Gnaka Iagoke iniciou sua intervenção parabenizando e exaltando o Brasil e a cidade de Salvador como regiões fundamentais para o desenvolvimento do panafricanismo, não apenas por sua importância histórica, mas também pelo fato de o povo brasileiro ser uma representação e referência em todos os continentes. Defendeu que o panafricanismo deve ser incorporado às perspectivas políticas dos países africanos e dos países que compõem a diáspora africana. Reconheceu o papel central da juventude na propagação do panafricanismo e de sua luta histórica pelos direitos das pessoas negras, ressaltando que o debate, sem ação, não é suficiente para alcançar os objetivos dessa agenda. Destacou, ainda, que o panafricanismo deve ser um ato constante, inerente ao povo africano e aos seus descendentes



dentro e fora do continente, com lutas por equidade, liberdade e dignidade diariamente repetidas e fortalecidas nas esferas sociais.

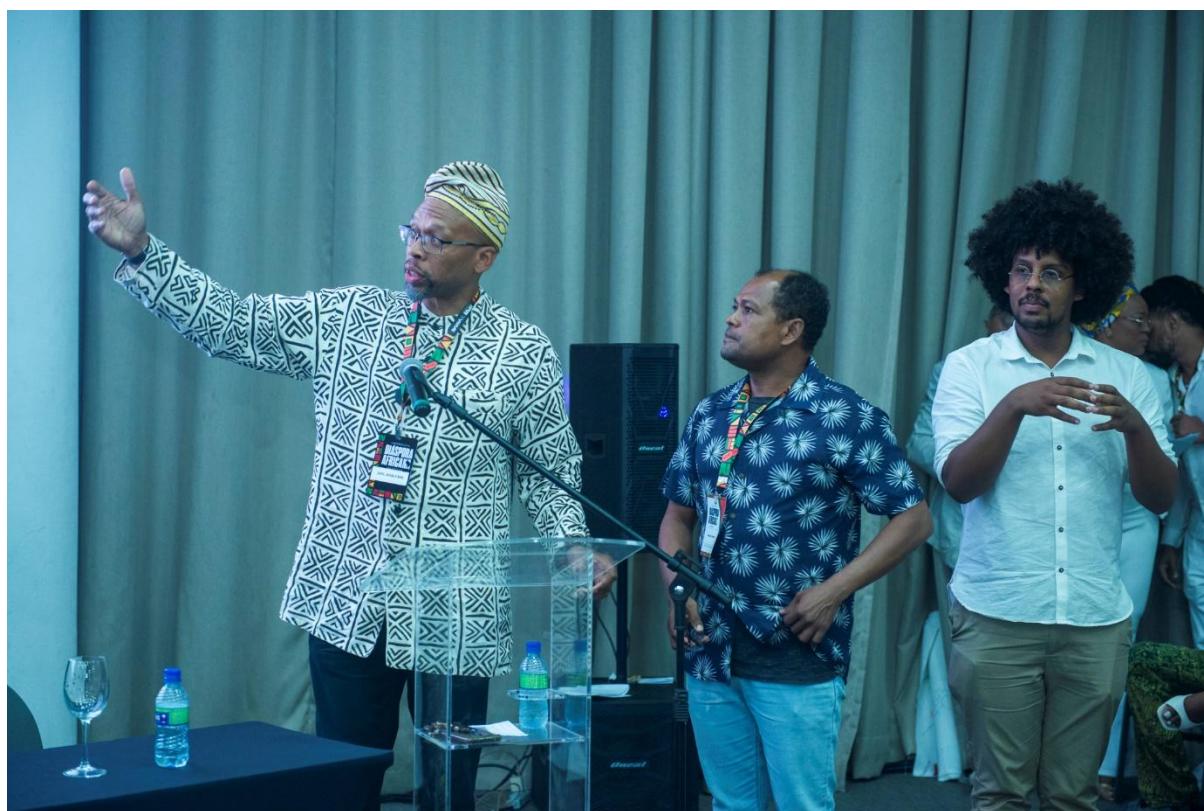


Foto: Acervo Governo Federal

Richard Santos iniciou sua fala saudando as pessoas presentes e qualificando o evento como um catalisador para o fortalecimento das lutas contra o racismo no Brasil, em Salvador e no mundo. Transformou o tempo de sua intervenção em um chamamento às pessoas que anseiam por justiça, mencionando seu livro *Maioria Minorizada*, no qual propõe a união de todos os povos da diáspora para que o panafricanismo ganhe força para além dos congressos, sendo difundido em todas as esferas educacionais e sociais. Ressaltou que escolas, universidades e empresas públicas e privadas precisam conhecer o que são a diáspora e o panafricanismo, de modo que as futuras gerações sejam herdeiras de um mundo mais justo e humano. Encerrando, parabenizou as organizações da diáspora no Brasil e



em Salvador e enfatizou que eventos como este devem circular em todas as esferas de comunicação, não se restringindo a poucos grupos de pessoas negras.

3.3 Rodas de Conversa

As Rodas de Conversa se concretizaram como o espaço qualificado de diálogo e construção do processo de escuta e das vozes da Diáspora Africana. Cabe destacar que, a partir das orientações metodológicas referenciadas no Congresso Pan-Africano, a Conferência reuniu especialistas, pesquisadores, personalidades da cultura, referências de movimentos sociais, especialistas dos setores público e privado, e representantes de Conselhos Nacionais vinculados ao tema. Cerca de metade deste grupo foi de brasileiros e a outra metade de representantes da Diáspora Africana nas Américas, o que incluiu representantes da América do Norte, América Central, Caribe e América do Sul, além de cidadãos africanos vivendo nesses países. Ressalta-se que estiveram presentes, também, representantes da Diáspora Africana em outros continentes, como Europa e Ásia.

Os temas propostos para a Conferência da Diáspora para orientar a discussão nas rodas de conversa do dia 30 foram:

- Pan-africanismo
- Memória
- Reconstrução
- Restituição e Reparação

O processo preparatório da Conferência envolveu uma construção articulada entre as instâncias organizadoras da Conferência: União Africana, Governo do Togo, Governo Federal do Brasil, Governo do Estado



da Bahia, com o apoio de universidades públicas da Bahia, além de especialistas sobre as temáticas da Conferência no Brasil e na Diáspora Africana nas Américas.

Foi constituído grupo de trabalho, articulado pelo Ministério da Igualdade Racial e Ministério das Relações Exteriores, com representações de especialistas e pesquisadores dos temas da Conferência da Diáspora Africana nas Américas, a partir dos temas pilares para elaboração de textos conceituais de inspiração para os debates das Rodas de Conversa. Apresentamos, a seguir, a composição do grupo de trabalho:

- **Pan-africanismo** – Dr. Gnaka Lagoke (Lincoln University - EUA) e Dr. Richard Santos (Universidade Federal do Sul da Bahia – Brasil);
- **Memória** - Dra. Sheila Walker (Afrodiáspora Global - EUA), Dra. Helena Theodoro (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil) e Dra. Thula Pires (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / PUC Rio – Brasil).
- **Reconstrução** - Yolian Ogbu (New York University - EUA), Dra. Miriam Reis (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira / UNILAB – Brasil);
- **Reparação e Restituição** - Dra. Barryl Biekman e Dra. Jardelina Bispo do Nascimento (Universidade do Estado da Bahia / UNEB – Brasil).

A dinâmica das Rodas de Conversa envolveu um longo debate em grupo, a partir dos textos referenciais de cada tema e de uma sequência de propostas de recomendações que passaram a ser apresentadas pelos participantes.



Especialistas e referências importantes da Diáspora Africana para os temas trabalhados nas Rodas de Conversa compuseram a moderação e coordenação desses grupos. Apresentamos, a seguir, essa composição:

- **Roda de Conversa I** - Pan-Africanismo: Moderação: Dr. Layla Brown e Dr. Zulu Araújo
- **Roda de Conversa II** - Memória - Moderação: Dr. Gina Paige e Dra. Vilma Reis
- **Roda de Conversa III** - Reconstrução - Moderação: Dra. Brenda Foreman e Dra. Matilde Ribeiro
- **Roda de Conversa IV** - Reparações/Restituição - Moderação: Akil Khalfani e Vanderlei Pinheiro



Foto: Acervo Governo Federal



A etapa final das Rodas de Conversa envolveu a pactuação coletiva das prioridades e propostas para o tema junto ao diverso grupo de discussão presente, para que fosse estabelecido o conteúdo final a ser apresentado na Plenária de encerramento da Conferência, para composição da Carta de Recomendações.



4. Plenária Final e Cerimônia de Encerramento da Conferência da Sociedade Civil e Conferência Governamental

Nessa seção do Relatório, abordamos os momentos conclusivos da Conferência da Sociedade Civil, constituídos pela Plenária Final e a Cerimônia de Encerramento, assim como a Conferência Governamental da Diáspora Africana nas Américas, realizada dia 31 de agosto, que reuniu ampla representação governamental do continente africano e dos países das Américas.

4.1 Plenária Final

A etapa de conclusão da Conferência da Diáspora da etapa da Sociedade Civil teve como marco a Plenária, na qual houve a apresentação por uma pessoa representante de cada uma das quatro Rodas de Conversa temáticas, do texto final das recomendações acordadas. As recomendações por tema compuseram a Carta Final de Recomendações, presente neste Relatório.

A Plenária Final da Etapa Sociedade Civil da Conferência da Diáspora Africana nas Américas, reunindo delegadas e delegados cujas experiências e memórias transcendem fronteiras e oceanos. Em representação das quatro Rodas de Conversa temáticas, um/a representante de cada roda apresentou o texto final das recomendações aprovadas, que resultaram de intensos diálogos, consolidação de consensos e articulação de propostas estratégicas.



Essas recomendações, organizadas por eixo temático, compõem a Carta Final de Recomendações — documento normativo e programático incluído neste Relatório — e orientam prioridades de políticas públicas, iniciativas de reparação, preservação da memória e fortalecimento de redes políticas e sociais entre comunidades diáspóricas.

zar, fortalecer e financiar redes globais acadêmicas, educacionais, culturais e políticas para diálogo, preservação e direito à memória, saberes ancestrais e espirituais e da história compartilhada das populações africanas e da Diáspora, inclusive com a elaboração de estudos e pesquisas.

Inventariar e promover o patrimônio cultural dos povos negros, destacando as mulheres como sujeitos centrais de manutenção da identidade, do conhecimento, cultura e da memória.

Elaborar uma estratégia de cooperação internacional para a promoção de iniciativas transnacionais de Museus, bibliotecas e arquivos da Diáspora Africana e uma rede de arquivos africanos e da África no Brasil, focada na salvaguarda e acesso à documentação em línguas portuguesa e inglesa.

Desenvolver e implementar programas educacionais abrangentes que visem a valorização das histórias e memórias africanas e da diáspora em todo o território nacional, em sintonia com apoio de fóruns e fundos específicos para a promoção da cultura negra.



Foto: Acervo Governo Federal

Além da validação das propostas, a plenária definiu mecanismos de acompanhamento e implementação, sugerindo instrumentos de monitoramento, prazos indicativos, responsabilidades institucionais e formas de cooperação entre organizações da sociedade civil, governos e organismos internacionais. O encerramento ratificou compromissos coletivos de articulação contínua, promoção da igualdade racial e



visibilidade das demandas afrodescendentes, bem como a necessidade de interlocução com instâncias como a União Africana e governos nacionais para assegurar que as recomendações traduzam-se em ações concretas e sustentáveis.

4.2 Cerimônia de Encerramento da Conferência – Etapa Sociedade Civil

A cerimônia de encerramento da Conferência da etapa da Sociedade Civil contou com autoridades do Governo do Estado da Bahia, do Governo Federal e representações da sociedade civil dos vários países presentes. Destacamos, a seguir, as sínteses das contribuições apresentadas pelas autoridades participantes.

João Jorge, presidente da Fundação Palmares, iniciou sua fala saudando o público e expressando o orgulho da instituição em participar de um evento dessa magnitude, algo que não ocorria há seis anos. Destacou a importância do panafricanismo e afirmou que este é o momento de aprofundar esse conceito. Mencionou que muitas pessoas assinaram compromissos sobre como devem olhar para a África e reforçou a necessidade de voltar o olhar para a África, a América Latina, a diáspora africana e o Caribe, reconhecendo a relevância dessas regiões. Lembrou que muitas vidas foram perdidas para que as conquistas atuais fossem possíveis e manifestou a esperança de que, nos dias seguintes, os diferentes países ouçam e reflitam sobre o que foi discutido no evento. Concluiu afirmando que não há futuro para a humanidade sem a África.

Na cerimônia de encerramento, a então Secretária-Executiva do Ministério da Igualdade Racial, Roberta Eugênio, iniciou sua fala agradecendo às pessoas presentes e à equipe do governo, esclarecendo



que seu objetivo era fazer uma saudação e um agradecimento, e não um pronunciamento formal. Reverenciou a ancestralidade, pediu licença aos mais velhos, aos seus pares e à mesa composta por autoridades como o presidente da Fundação Palmares, João Jorge, além de outros secretários e representantes. Agradeceu especialmente à equipe do Governo Federal, com destaque para a Secretária-Executiva Adjunta, Ana Míriam, e para os colegas que trabalharam intensamente para o sucesso do evento, evitando equívocos ao longo do processo. Roberta ressaltou a filosofia Ubuntu como conceito fundamental que orientou o caminho até aquele momento, lembrando o princípio do “eu sou porque nós somos” e sua relação com a coletividade e os caminhos de liberdade. Destacou que o planejamento da conferência foi feito em tempo recorde, resultado tanto da urgência quanto da inteligência e da estratégia afro-diaspóricas, evidenciando a capacidade de adaptação e organização das lideranças envolvidas. Ao avaliar os dois dias de conferência, destacou a contribuição de lideranças, ativistas e representantes de conselhos, cujo trabalho resultou em um documento.

Roberta enfatizou que esse documento abre caminho para outras articulações, contribuindo não apenas para o Congresso Panafricano em Lomé, mas também para o fortalecimento de estratégias afro-diaspóricas no Brasil. Ressaltou que, embora a diáspora nas Américas tenha tido como objetivo histórico a dispersão, a ancestralidade continua a unir as pessoas, promovendo uma saída coletiva e reforçando a conexão entre as comunidades afro-diaspóricas. Reafirmou o compromisso do Ministério da Igualdade Racial e do Governo Federal em restabelecer e fortalecer as relações com os países africanos e reconhecer a significativa contribuição da diáspora negra. Enfatizou que aquele momento de confluência expressa a inteligência, a força e a estratégia da diáspora africana e que o Brasil, ao



retomar suas conexões com os países africanos e valorizar as contribuições da diáspora, traça um caminho promissor para o futuro.

Na cerimônia de encerramento, a Secretária da Promoção da Igualdade Racial dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado da Bahia (SEPROMI), Ângela Guimarães, iniciou saudando as pessoas presentes, reconhecendo a importância do evento e agradecendo o empenho de participantes nacionais e internacionais que superaram desafios para viabilizar a conferência. Destacou o caráter histórico do encontro, tanto pelo reconhecimento do Brasil como sexta região da diáspora africana nas Américas quanto por se tratar da primeira conferência de alto nível realizada fora do continente africano, em um contexto de retomada democrática no país, em contraste com o avanço da extrema-direita em diversas partes do mundo.

Agradeceu aos movimentos que possibilitaram a inclusão do tema na agenda governamental, povos de terreiro, intelectualidade negra, blocos afro, movimento negro, movimento de mulheres, entre outros, por afirmarem a descendência africana e o vínculo com o continente-mãe. Ressaltou a cooperação Sul-Sul como caminho para reconstruir as relações entre o Brasil e as nações africanas e transformar uma realidade global marcada por séculos de colonialismo, escravismo, patriarcado e racismo estrutural. Também agradeceu a diferentes instâncias do governo federal, como o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério da Cultura e o Ministério das Relações Exteriores, bem como ao corpo técnico envolvido, e reconheceu a União Africana, presidida pelo presidente do Togo e representada pelo Ministro das Relações Exteriores, pela escolha da Bahia como território de forte presença afrodescendente e de intenso intercâmbio com o continente africano.



Ângela ressaltou a ousadia e a importância da conferência, especialmente diante da realização do G20 na Bahia em novembro, afirmando que esse evento não pode ser pensado sem considerar o impacto da conferência regional da diáspora africana. Indicou que o futuro das relações diplomáticas deverá se orientar por princípios de horizontalidade, memória, restauração e panafricanismo, com base nas experiências do passado. Criticou o capitalismo branco eurocêntrico, apontando sua responsabilidade pela destruição ambiental, pela perda de milhões de vidas e pela criação de fronteiras que separaram povos com heranças culturais comuns.

Recordou a trajetória da criação da Fundação Cultural Palmares e do primeiro Ministério da Igualdade Racial, posteriormente desmontado e retomado em 2023, como expressão de resiliência do movimento. Ao encerrar, celebrou a luta do povo afro-brasileiro e afirmou que religiões de matriz africana não precisam mais ser sincretizadas nem reinterpretadas por paradigmas ocidentais, lembrando que divindades como Iemanjá, Oxum e Iansã são deuses e deusas africanas e símbolos de transformação revolucionária. Enfatizou que o projeto eugenista fracassou e que comunidades negras e afrodescendentes são hoje centrais na preservação ambiental e na liderança de um desenvolvimento justo e sustentável. Concluiu reafirmando que essas comunidades são o futuro, com grande potencial de liderança e capacidade intelectual para construir um desenvolvimento equitativo e sustentável, destacando que o Brasil diaspórico é um país de maioria negra, quilombola, de mulheres e de povos originários e que, em aliança com os países africanos, será protagonista de um futuro melhor para todos e todas.

Na cerimônia de encerramento, a Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, convidou lideranças como Matilde Ribeiro, João Jorge e Mãe



Nilce para se juntarem a ela à frente do palco. Relacionou o encontro a sua própria trajetória, lembrando que foi criada em uma família de mulheres que não abaixam a cabeça e que respeitar quem veio antes é uma forma de reverenciar todas as gerações presentes. Afirmou que a sexta-feira, 30 de agosto de 2024, integra uma semana de justiça e ressaltou que, nos momentos em que mais precisou, foram as mulheres negras que a sustentaram para que não caísse.



Foto: Acervo Governo Federal

Agradeceu a participação de todas as pessoas naquele rico processo, destacando que seguimos os passos de quem veio antes, com caráter e orgulho, sem se curvar às dificuldades. Afirmou que são os momentos de dor e os desafios que fortalecem as pessoas, enfatizando que não atua sozinha, mas de forma coletiva, e que isso a torna melhor. Encerrando,



destacou a honra de estar no evento e de carregar essa missão, reafirmando que não vai a nenhum lugar sozinha.

4.1 Segmento Governamental da Conferência da Diáspora nas Américas

O Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, copresidiu com o Ministro das Relações Exteriores, da Integração Africana e dos Togoloses no Exterior, Robert Dussey, no dia 31 de agosto de 2024, em Salvador, o segmento governamental da Conferência da Diáspora Africana nas Américas, ocasião em que também se celebrou o Dia Internacional das Pessoas Afrodescendentes. Estiveram presentes representantes de 44 países, sendo quatro ministros de estado e nove vice-ministros. A data também foi oportunidade para celebrar o Dia Internacional da Pessoa Afrodescendente.

Foi a primeira vez que os Estados membros da União Africana realizaram, fora da África, um encontro da “6ª Região” da União Africana, definida por aquela organização como “composta por pessoas de origem africana que vivem fora do continente, independentemente de sua cidadania e nacionalidade, e que estão prontas para contribuir para o desenvolvimento do continente e a construção da União Africana”. A indicação de Salvador como sede do evento partiu do Alto Comitê Ministerial da União Africana sobre a Década das Raízes Africanas, presidido pelo Togo. Tratou-se, portanto, de evento oficial da União Africana.

O segmento governamental da Conferência contou com a presença, por parte do Brasil, da Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco; da Ministra da Cultura, Margareth Menezes; do então Ministro dos Direitos



Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida; e do governador do estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, além de representantes de outros 44 países. A Vice-Presidente da Comissão da União Africana, Monique Nsanzabaganwa, também compôs a mesa de abertura.

Entre os convidados governamentais, foram chefiadas em nível ministerial as delegações de Haiti, Honduras, São Tomé e Príncipe, e Trinidad e Tobago; em nível vice-ministerial, as de África do Sul, Angola, Bahamas, Chade, Cuba, Gana, Guiné-Bissau, Líbia e Namíbia. Enviaram autoridades de suas capitais as delegações de Argélia, Colômbia, Guatemala, Guiné Equatorial, Eswatíni, Venezuela e Zâmbia. Outros 24 países foram representados por suas embaixadas em Brasília.

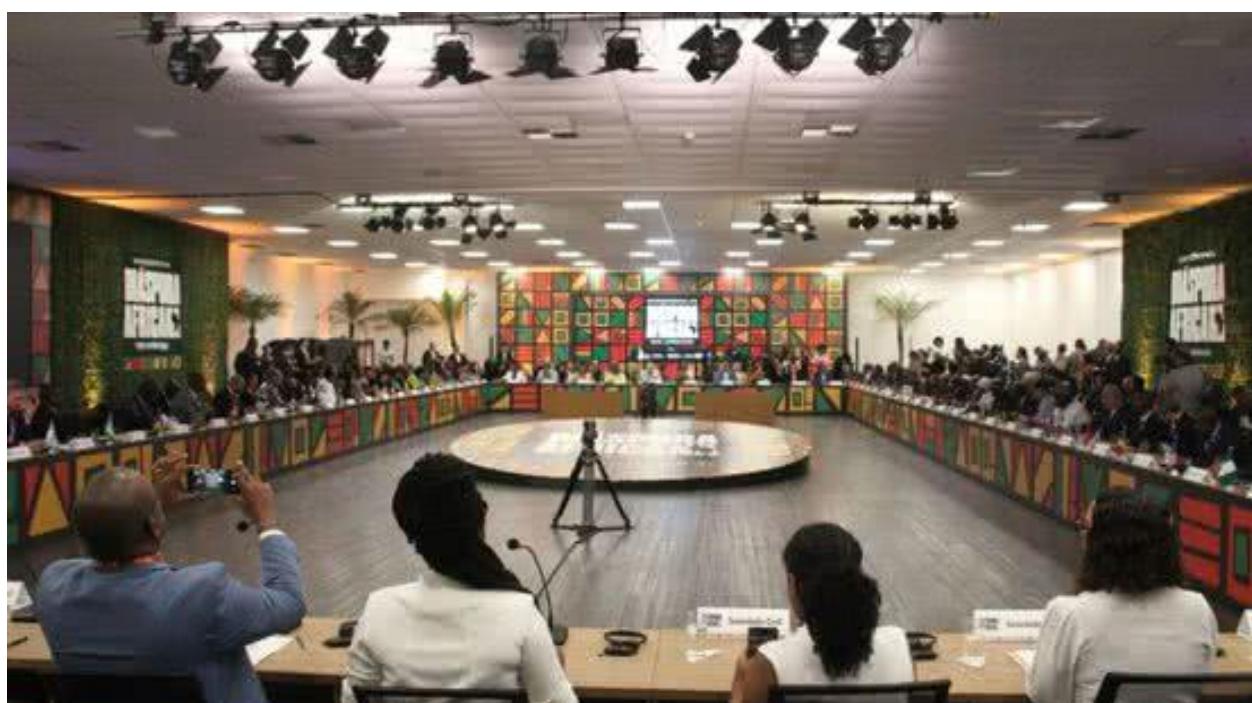


Foto: Band News. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/politica/com-presenca-de-jeronimo-rodrigues-e-diversas-autoridades-conferencia-da-diaspora-africana-nas-americas-e-realizada-em-salvador.html>



Em nome do Governo brasileiro, o Ministro Mauro Vieira enfatizou a importância de realizar a Conferência da Diáspora no Dia Internacional da Pessoa Afrodescendente, parabenizou os representantes da sociedade civil pela Carta de Salvador e destacou a prioridade dada à África na política externa do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, particularmente nas áreas da cultura, educação e cooperação para o desenvolvimento.

A Vice-Presidente da Comissão da União Africana destacou ter sido a sua primeira visita ao Brasil e enfatizou três tópicos que teriam caráter primordial para a organização: a Década Internacional dos Afrodescendentes, entre 2015 e 2024; a Cúpula da União Africana de 2025, cujo tema anunciou que será “Justiça para os Africanos e as Pessoas de Descendência Africana por Meio de Reparações”; e a realização do 9º Congresso Pan-Africano. Enfatizou a importância de dar cumprimento às decisões Assembly/AU/Dec.847(XXXVI) e Assembly/AU/Dec.884(XXXVII), da União Africana, sobre a criação de uma frente unida para promover a causa da justiça e o pagamento de reparações aos africanos. Segundo Nsanzabaganwa, a pauta da reparação não poderia ser reduzida a uma questão de recursos financeiros, mas compreendida como restauração da dignidade dos africanos e dos afrodescendentes e de reconstrução dos países africanos, afetados pelo colonialismo. A VPR concluiu afirmando tratar-se de uma pauta compartilhada entre a União Africana e a diáspora e instou à criação de pontes para conectar o continente com a diáspora, a qual seria uma “reserva cultural e material” da África.

O chanceler do Togo discorreu sobre as similaridades culturais entre o Brasil e a África e destacou o passado de escravidão que marcou a Bahia. Afirmou desejar que a Conferência em Salvador seja uma “etapa fundamental do agir” em busca de justiça e liberdade para acabar com o “ciclo de intolerância” que caracterizaria o contexto geopolítico atual.



Enfatizou que as reparações não tratam de “uma luta de uma parte do mundo contra outra”, mas sim de uma “exigência da humanidade” para promover um mundo indivisível, e que já teriam sido implementadas “para outros casos”.

A Ministra dos Negócios Estrangeiros e Culto do Haiti, Dominique Dupuy, ressaltou que seu país é caso inédito na história de povo escravizado que se libertou, o que se guarda na memória intergeracional de seu povo. Em decorrência dessa história, afirmou, sua população continua pagando um alto preço, e o país tem seu futuro “hipotecado” por uma “hierarquia social racista”. Elogiou o trabalho da Comissão de Reparações da CARICOM e enfatizou o compromisso do governo haitiano com a democracia, a segurança pública e o desenvolvimento sustentável, mas apelou ao apoio dos países da região para alcançar esses objetivos.

O Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia de Honduras, Luther Castillo Harry, saudou a presença de três ministros brasileiros negros na mesa, notando ser ele a única autoridade ministerial negra em seu governo. Afirmou ser necessário passar à ação para desafiar um “sistema social desenhado para perseguir negros”. Afirmou que assegurar a posse de terras às comunidades negras é uma luta transversal às demais pautas abordadas no evento.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de São Tomé e Príncipe, Gareth Guadalupe, recordou que seu país foi um entreposto para o tráfico de escravizados. Enfatizou que os temas da Conferência permitiam aos afrodescendentes das Américas honrar sua africanidade e apontavam para um futuro baseado em laços culturais e anseios comuns por busca de justiça. Ressaltou que um aspecto da



reparação é a construção de sociedades justas para todos os afrodescendentes, em qualquer lugar do mundo.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Trinidad e Tobago, Amery Browne, também enfatizou a pauta da reparação, que considera abranger não só a transferência de recursos, mas igualmente elementos como história, justiça e empoderamento. Destacou o papel da CARICOM na promoção internacional da agenda da reparação e convocou “aliados” para atuação conjunta. Concluiu afirmando que a busca por justiça para os africanos e os afrodescendentes requer também a reforma das instituições financeiras internacionais e do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A Vice-Ministra de Relações Exteriores e Cooperação da África do Sul, Thandi Moraka, recordou a importância da Conferência de Durban e de sua Declaração e Plano de Ação. Afirmou ser necessário combater as desigualdades e promover a emancipação econômica dos países africanos e da diáspora africana, ressaltando, quanto a esse aspecto, o papel da Agenda 2063 da União Africana.

O Secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades de Angola, Domingos Custódio Vieira Lopes, afirmou que seu país foi uma das principais vítimas do tráfico de escravizados e apelou ao combate ao racismo, à xenofobia e à violência contra os africanos.

O Secretário Parlamentar do Ministério das Relações Exteriores das Bahamas, Jamahl Strachan, destacou o apoio do seu país à pauta de reparações para os africanos e ao Plano de Dez Pontos para a Justiça Reparatória da CARICOM (Comunidade do Caribe).

A Vice-Ministra das Relações Exteriores do Chade, Fatimé Aldjineh Garfa, afirmou que reparação não é assunto que concerne apenas aos africanos, mas a toda a humanidade. Destacou a importância do tema da



diáspora para seu governo e informou que o Presidente Mahamat Déby pretende realizar uma conferência com a comunidade de chadianos residentes no exterior.

A Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Anayansi Rodriguez Camejo, afirmou que a discriminação social institucional em seu país acabou com a revolução de 1959. Destacou que a ordem internacional permanece injusta, sendo evidência disso o não cumprimento dos objetivos da Conferência de Durban. Comunicou a realização, em Cuba, da "Conferência Internacional Novas Narrativas: Memória, Resistência e Reivindicação", em agosto, e da "Conferência Internacional Cuba 2024: Decênio dos Afrodescendentes", agendada para dezembro próximo.

O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Gana, Kwaku Ampratwun-Sarpong, destacou os efeitos negativos resultantes da imigração irregular, problema acerca do qual deveria haver maior cooperação internacional, e ressaltou o potencial cultural e econômico da "família africana global".

O Secretário de Estado das Comunidades de Guiné-Bissau, Nelson António Pereira, pediu maiores esforços da comunidade internacional em promover o desenvolvimento da África por meio do estímulo à educação, à indústria e à transferência de tecnologia.

O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros para Assuntos de Imigração da Líbia, Emhemed Said Ali Zedan, defendeu a reforma das instituições internacionais, necessária para apoiar o desenvolvimento de países africanos, e enfatizou a importância de cooperação para tratar das causas da emigração de africanos, como a pobreza e os efeitos da mudança do clima. Destoou das demais intervenções ao destacar a necessidade de combater a imigração ilegal.



A Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros da Namíbia, Jenelly Matundu, afirmou que a restituição de bens culturais e a reparação servem para reconstruir a dignidade dos africanos e dos afrodescendentes. Enfatizou, assim como outros participantes, que a reparação não deveria ser pauta apenas das vítimas do colonialismo e da escravidão, mas de toda a humanidade. Apelou ao fortalecimento de parcerias econômicas entre os países africanos e os afro-diaspóricos como forma de apoiar o desenvolvimento da África.

O Chefe de Estudos e Síntese e Ponto Focal Nacional da Década das Raízes Africanas e Diáspora da Argélia, Brahim Chennouf, afirmou que a Conferência atendeu suas expectativas e que as propostas da sociedade civil formavam boa base para as discussões do 9º Congresso Pan-Africano.

O Coordenador da Comissão Presidencial contra a Discriminação e o Racismo contra os Povos Indígenas da Guatemala, Leopoldo Mateo Chuc Sam, destacou a importância de que a promoção da igualdade racial seja um eixo transversal das políticas públicas em diferentes áreas e defendeu a incorporação do tema “memória das pessoas negras” nos currículos escolares.

O Conselheiro da Presidência da República em Matérias Consulares e de Diáspora da Guiné Equatorial, Embaixador Narciso Ntugu Abeso Oyana, defendeu não ser possível alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável sem reformar as instituições internacionais. O Conselheiro apelou à diáspora africana nas Américas a apoiar a implementação dos ODS na África. Defendeu, ainda, a reforma do Conselho de Segurança da ONU com “ampliação regional equilibrada”.

O representante de Essuatíni junto à União Africana, Patrick Vusani Nkosi, destacou a importância econômica da comunidade diaspórica para



os países com pequenas populações. No caso de Essuatíni, com 1,2 milhão de habitantes, as remessas financeiras dos emigrados são parte relevante da economia local.

A Diretora de África da chancelaria da Venezuela, Yurlen Elizabeth Rondon Fuentes, destacou o empenho de seu governo na luta anticolonial por direitos humanos e no combate às estruturas de poder que mantêm as desigualdades. Afirmou que a Venezuela foi um dos primeiros países a assumir, em 1999, políticas de reparação como políticas de estado. Manifestou apoio às demandas por reparação dos países da África e da CARICOM.

O Diretor Assistente para América, Caribe e Diáspora de Zâmbia, Alick Banda, afirmou que, apesar das diferenças culturais, demográficas e econômicas entre os países da África e das Américas, haveria união na luta comum pelas reparações e contra o racismo e a discriminação. Saudou as propostas da sociedade civil e afirmou que a Conferência era um catalisador para mudanças.

O decano do corpo diplomático dos países da África em Brasília, Embaixador do Cameroun, Martin Mbeng, afirmou que a diáspora representa um vínculo atual da África com as Américas, e não só um laço do passado. Destacou que a Conferência apresentou aos governos da África e das Américas o desafio de agirem para responder às propostas da sociedade civil. Concluiu ressaltando a importância da diáspora para o potencial econômico da África.

A decana do corpo diplomático dos países das Américas em Brasília, Embaixadora de Barbados, Tonika Sealy-Thompson, destacou que a Conferência apontava para o futuro do pan-africanismo global. Recordou que os ancestrais africanos e afrodescendentes sempre resistiram à



violência, à opressão e à discriminação, e que a Conferência foi oportunidade de renovar essa resistência ante os desafios atuais. Ressaltou que os governos da África e das Américas têm oportunidade de fazer história promovendo o desenvolvimento por meio da cooperação e de políticas de promoção da igualdade.

Ao fim das intervenções dos representantes governamentais, a Sra Louisin Jahëna, Diretora de Comunicações da Fundação Aquereburu, apresentou o projeto do Museu das Memórias Africanas e dos Afrodescendentes, a ser criado na cidade togolesa de Aného. A escolha da cidade justificou-se por ter sido parte importante da rota do tráfico de pessoas escravizadas, bem como destino de diversos “retornados” afro-brasileiros.

A Conferência foi concluída com a entrega da Carta de Salvador, elaborada e aprovada na etapa da Conferência da Diáspora das Américas da Sociedade Civil, por representantes da sociedade civil, à Vice-Presidente da Comissão da União Africana, Monique Nsanzabaganwa, e ao Ministro das Relações Exteriores, da Integração Africana e dos Togoloses no Exterior, Robert Dussey.



5. Considerações Finais



Foto: Acervo Governo Federal

A Conferência da Diáspora Africana nas Américas, realizada em Salvador nos dias 29 e 31 de agosto de 2024, reuniu representantes de governos, da União Africana, de organizações internacionais, intelectuais, lideranças de movimentos negros, povos e comunidades tradicionais e demais organizações da sociedade civil das Américas e de países africanos.

Concebida como etapa preparatória para o 9º Congresso Panafricano, a Conferência foi estruturada em formato participativo, com plenárias e grupos de trabalho temáticos em torno dos eixos Panafricanismo, Memória, Reconstrução, Reparação e Restituição. O processo reafirmou a centralidade da ancestralidade, da filosofia Ubuntu e do Pan-africanismo, articulando debates sobre reparações históricas e contemporâneas,



escravidão, políticas de memória, restituição de bens culturais, cooperação econômica e educacional Sul-Sul e políticas públicas voltadas à igualdade racial e à justiça reparatória.

Como principal resultado político, a Conferência produziu a Carta de Recomendações da Diáspora Africana, dirigida à União Africana, aos Estados das Américas e ao 9º Congresso Panafricano, com proposições que incluem: o fortalecimento da filosofia Ubuntu e do Panafricanismo; a criação de uma agência permanente e de uma instituição multilateral da diáspora com sede em Salvador; a organização de redes globais, arquivos e iniciativas transnacionais de museus da diáspora; a identificação, inventário e restituição de bens culturais materiais e imateriais; a promoção de políticas educacionais, sociais, culturais e ambientais, bem como medidas de reparação em sentido amplo.

A Carta também reconhece a importância de comunidades negras, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e do Haiti na luta contra o colonialismo e o racismo, e aponta, sobretudo, caminhos de cooperação entre África e diáspora ancorados em princípios como memória, horizontalidade, dignidade e participação política das populações afrodescendentes.

O segmento governamental da Conferência da Diáspora nas Américas, realizado em 31 de agosto em Salvador, congregou representantes de cerca de 44 países na primeira realização fora do continente africano de encontro da “6ª Região” da União Africana, e culminou com a entrega da Carta de Salvador elaborada pela sociedade civil. As intervenções destacaram a centralidade das pautas de reparação, memória, pan-africanismo e restituição de bens culturais, a necessidade de fortalecer laços políticos, econômicos e culturais entre África e diáspora, e a urgência de reformas institucionais e mecanismos de cooperação



internacional para viabilizar programas de desenvolvimento, justiça e preservação da memória histórica; propostas práticas apresentadas incluíram iniciativas de educação, capacitação, financiamento e a criação de espaços museológicos dedicados às memórias africanas e afrodescendentes.



Carta de Recomendações da Diáspora Africana

30 de agosto de 2024, Salvador, Bahia

Reverenciando a ancestralidade e celebrando a diversidade de vozes afrodiáspóricas de especialistas, personalidades da cultura, referências de movimentos sociais e demais representantes da sociedade civil,

Recordando a Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, realizada em Dacar em 2004, a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, realizada em Salvador em 2006, e a Cúpula Mundial da Diáspora Africana, realizada em Joanesburgo em 2012,

Reafirmando a Declaração e o Programa de Ação de Durban, adotados em 2001, relembrando a proclamação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) e apoiando sua renovação por mais dez anos,

Celebrando a Década das Raízes Africanas e da Diáspora Africana (2021 a 2031) estabelecida pela União Africana,



Considerando a necessidade do estabelecimento de novo paradigma de humanidade, que integre valores filosóficos e epistemológicos que a Diáspora herda da África, como a circularidade, a ludicidade e a base matriarcal,

Nós, participantes da 1ª Conferência da Diáspora Africana nas Américas, reunidos nos dias 29 e 30 de agosto de 2024, em Salvador, Bahia, Brasil, nos dirigimos às autoridades da União Africana e dos países das Américas que se reunirão no dia 31 de agosto de 2024, bem como ao 9º Congresso Panafricano, em Lomé, Togo, entre 29 de outubro e 2 novembro de 2024, para apresentar as 2 seguintes recomendações sobre “Pan-Africanismo, Memória, Reconstrução, Reparação e Restituição”.

1. Fortalecer a filosofia Ubuntu em torno do Pan-Africanismo no século XXI, caracterizado pelo reconhecimento da unidade e da circularidade cultural, espiritual e linguística entre os povos africanos e a Diáspora, composta por suas comunidades emigradas e populações de origem africana que vivem em países de outros continentes.
2. Incorporar os ideais do Pan-Africanismo e da filosofia Ubuntu nos esforços para buscar reparações e reformar instituições internacionais e políticas internas dos Estados, aumentando a representação dos países africanos em organizações e foros internacionais, e coordenando posições entre países africanos e afrodiáspóricos sobre tópicos de interesse comum nesses fóruns e organizações.
3. Estabelecer uma agência permanente, preferencialmente em Salvador, no espírito do estabelecimento da 6ª região da União Africana, como um meio e uma ferramenta para restaurar a história do Pan-Africanismo, que reconheça a contribuição de mulheres, jovens, movimentos sociais de base, entre outros, a fim de desenvolver uma consciência Pan-Africana entre as



coletividades dos povos africanos, utilizando tecnologias tradicionais e contemporâneas.

4. Organizar, fortalecer e financiar redes globais acadêmicas, educacionais, artísticas, culturais e políticas para diálogo, preservação e direito à memória; saberes ancestrais e espirituais e da história compartilhada entre populações africanas e da Diáspora, inclusive com a elaboração de cartografias.
5. Identificar, inventariar e promover o patrimônio cultural dos povos afrodiáspóricos, destacando as mulheres como sujeitos centrais de produção e manutenção da identidade, do conhecimento, da cultura e da memória.
6. Incentivar a criação de iniciativas transnacionais de museus, bibliotecas e repositórios da Diáspora Africana e uma rede de arquivos africanos e diaspóricos com foco na salvaguarda e no acesso à documentação em diferentes suportes.
7. Incentivar a criação de programas educacionais abrangentes que integrem a inclusão das histórias e memórias africanas e da Diáspora em todos os níveis de ensino, com apoio de fóruns e fundos específicos para compartilhar melhores práticas em países africanos e de Diáspora Africana.
8. Combater o racismo algorítmico, no contexto das novas tecnologias, por meio da regulação, da ampliação da representação das pessoas negras nas mídias sociais, da garantia da integridade da informação em relação à história da África e da Diáspora Africana e do estabelecimento de um banco de dados aberto, com informações relevantes para a preservação da memória africana e afrodiáspórica.



9. Fortalecer, incentivar e prover custeio adequado para políticas antirracistas de desenvolvimento sustentável e de promoção de direitos que podem incluir: a reestruturação das matrizes energéticas, com desenvolvimento de fontes renováveis e seguras; a produção eficiente de alimentos e programas de combate à fome, à pobreza e à insegurança alimentar; a sustentabilidade e justiça ambiental; a revisão de sistemas de justiça, inclusive penal e criminal; estratégias ampliadas de saúde, que considerem especificidades epidemiológicas da diversidade dos países e que permitam ações de prevenção e erradicação de doenças, além da promoção da saúde mental; educação e currículos que reconheçam a contribuição dos povos africanos e da afrodiáspora, seus conhecimentos, culturas e tradições, autoras e autores, e reforcem a identidade negra, com atenção especial à criança e ao adolescente e à educação no campo; a promoção da igualdade de gênero e enfrentamento da violência; a promoção do acesso à habitação; o reconhecimento do tráfico de escravizados como um crime contra a humanidade por parte dos países historicamente envolvidos; a ampliação da participação de pessoas afrodescendentes, especialmente mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, em foros de debate e espaços de poder nacionais e internacionais.

10. Fortalecer a cooperação internacional em projetos dedicados aos vínculos entre o continente africano e a Diáspora, inclusive por meio de: facilitação da mobilidade e suporte a estudantes, a professoras e professores e a pesquisadoras e pesquisadores; fortalecimento de instituições e de programas educacionais que fazem mobilidade de estudantes africanos e afrodiáspóricos; criação da Universidade Federal África-Brasil na Bahia, ampliando a cooperação com demais países africanos e afrodiáspóricos; intercâmbio entre comunidades



afrodescendentes tradicionais para compartilhar conhecimento, inclusive entre gerações e considerando as especificidades de cada povo.

11. Gerir e defender os interesses da Diáspora Africana, por meio da criação de uma instituição multilateral com sede em Salvador.

12. Promover a gestão do conhecimento, com foco na comunidade negra afrodiáspórica, por meio: da promoção, da capacitação e valorização de gestores de igualdade racial; da realização de censos da Diáspora Africana, como forma de conhecer quantos e quem são os afrodescendentes em cada país e no mundo e como se movem entre a África e o mundo; e da promoção da inclusão digital, especialmente entre jovens.

13. Promover a plena implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban, por meio de uma concepção holística de reparação nas dimensões política, econômica, financeira e social, incluindo o reconhecimento da escravidão e do tráfico transatlântico como crime contra a humanidade. Considerar a reparação como meio de combate ao racismo institucional, para a plena inserção dos africanos nas sociedades afrodiáspóricas e para a redistribuição de poder. Esses objetivos devem ser alcançados por meio de:

- a) Instituições nacionais e internacionais dedicadas ao tema e financiamento por fundos específicos oriundos de países que promoveram a colonização e instituições escravistas para fomentar o desenvolvimento econômico, social e cultural das populações africanas e afrodescendentes, tanto na África quanto nos países da Diáspora Africana;
- b) Ampla participação social que reconheça as necessidades locais e comunitárias;



- c) Disseminação de meios estatísticos que reconheçam a existência das populações africanas e que impeçam sua invisibilização;
- d) Criação de mecanismos internacionais, como a Comissão de Reparações no Conselho de Direitos Humanos e o Tribunal Internacional das Reparações, e a conclusão da negociação da Declaração Internacional das Nações Unidas dos Direitos dos Povos Afrodescendentes;
- e) Incentivo à cooperação internacional em matéria de políticas de reparação, com a criação de um portal eletrônico reunindo informações sobre a questão em diversas línguas; e
- f) Estabelecer o enfrentamento a medidas coercitivas e sanções que impeçam o avanço de direitos sociais de populações afrodescendentes.

14. Promover os direitos da população negra na África e na Diáspora Africana, inclusive da população migrante, priorizando a saúde e o bem estar tanto dos povos da África quanto da Diáspora, com o enfrentamento aos agravos persistentes derivados da escravidão, do colonialismo e do neocolonialismo, incluindo a adoção de políticas de saúde mental e física acessíveis e específicas para a população negra, políticas de segurança pública antirracista, especialmente para a juventude negra, e políticas de trabalho digno, incluindo para os egressos do sistema prisional.

15. Promover políticas sociais e interseccionais de proteção às mulheres, idosos, crianças e jovens, pessoas em situação prisional, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAPN+ e migrantes; e criar mecanismos, inclusive financeiros, para assegurar maior participação de mulheres em



espaços de poder na política e no setor privado; e estimular o diálogo inter-religioso para promoção da paz e de uma cultura de tolerância.

16. Estabelecer fundos dedicados à restituição de bens culturais materiais e imateriais, recursos naturais e outros patrimônios históricos que foram destruídos ou injustamente tirados dos(as) africanos(as) e de seus descendentes, bem como à preservação desses bens, com o objetivo de reconhecer e tornar visível a contribuição intelectual, espiritual, científica e tecnológica dos povos afrodiáspóricos e africanos.

17. Como políticas reparatórias, garantir a distribuição de terras e o acesso a territórios às comunidades tradicionais e a locais onde pessoas afrodescendentes foram sistematicamente excluídas da posse da terra, incluindo o reconhecimento e recompensa financeira pela contribuição dessas comunidades para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, de maneira a combater as mudanças climáticas e o racismo ambiental.

18. Reconhecer a importância do Haiti e seu papel histórico na luta contra a escravidão, o colonialismo e o racismo, considerando a necessidade de que o povo haitiano seja prioritariamente beneficiário de medidas pelos prejuízos sofridos no processo de descolonização, e, nesse contexto, apoiar a completa descolonização da região caribenha. O Haiti pagou uma enorme quantia por sua independência e até agora é vítima de boicotes históricos.

